

U.E.M. - UFICS  
R. E. 67/02  
DATA 23/04/03  
AQUISIÇÃO oferta

Ato - 15  
2002

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
(UFICS)**

**A Percepção e as estratégias de alívio à pobreza: o caso da  
Localidade de Malua, Distrito de Alto Molócuè, 1994 – 2000**

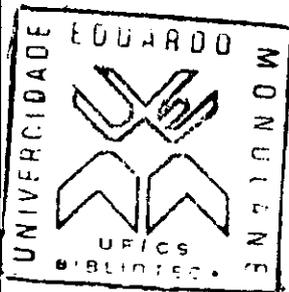
**Projecto de investigação apresentado em cumprimento parcial dos requisitos  
para a obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia pela Universidade  
Eduardo Mondlane.**

Por

**Aníbal Castro Morgado**

Supervisor:

**Prof. Dr. António Rafael Fernandes da Conceição**



Maputo, aos 5 de Julho de 2002

U.E.M. - UFICS  
R. E. 4421  
DATA 12/07/05  
AQUISIÇÃO oferta  
COTA ATO-15

67

## DECLARAÇÃO

Declaro que este Projecto de Investigação nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

## AGRADECIMENTOS

Quero endereçar agradecimentos especiais àqueles que, duma forma muito pessoal, deram um contributo valioso para a materialização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu supervisor o Prof. Doutor António Rafael Fernandes da Conceição, que com muita dedicação, deu o melhor de si para que este trabalho se tornasse realidade. Aliás, ao Prof. Doutor António Rafael Fernandes da Conceição não só vão os meus agradecimentos, como também toda a minha admiração e reconhecimento pelas qualidades excepcionais que mostrou ao longo do tempo que me acompanhou; qualidades não só do ponto de vista académico, como também do ponto de vista humano. Por isso, Professor, digo-lhe obrigado, porque de si aprendi muito.

Ao Dr. João Pereira, que, com muita amizade, sempre esteve disponível a ler e comentar os meus rascunhos, dando pistas de reflexão; e ao Dr. Cristiano Matsinhe pelo encorajamento, particularmente, nos primeiros momentos da concepção deste Projecto. A vocês e a todos os meus professores da UFICS que serviram de facilitadores nesta constante e permanente busca do saber, muito obrigado.

Aos, senhores Carlos José Carneiro e Emília José Gonçalves, o meu muito obrigado pelo apoio moral e afectivo assim como pela paciência e esperança que mantiveram até ao fim desta etapa.

Agradecimento especial aos doutores Salvador, Padil e Judite, além dos meus sobrinhos Ilídio e Lindolfo que me encorajaram a fazer este trabalho e que muitos deles trabalharam comigo no Projecto de investigação sobre a pobreza nas Províncias.

Finalmente, agradecer à minha família, aos meus amigos e a todos os camaradas Uficsianos, a todos que iniciaram comigo esta longa batalha, agradeço a boa camaradagem e espero continuar a partilhar com todos os bons e maus momentos da vida. Muito obrigado.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a quem sempre esteve, está e continuará ao meu lado na alegria e na tristeza da vida a minha esposa Rute Morgado e às minhas filhas Míriam e Tácia que com o seu sorriso me encorajavam a estudar. Vocês estão no meu coração.

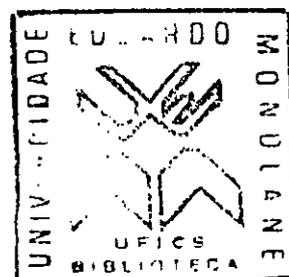
## RESUMO

O insucesso dos programas e projectos de desenvolvimento em Moçambique, leva ao questionamento do processo do desenvolvimento rural onde encontramos uma diversidade de actores e de lógicas e estratégias de alívio. O presente trabalho procura analisar a pobreza como ela é concebida e compreendida. Também se propõem estratégias para o seu alívio.

Assim os resultados do inquérito corroboraram em larga medida as hipóteses de trabalho. Constatamos que as políticas de alívio a este fenómeno não incluem aspectos como a sua concepção e percepção a nível local entre outros factores. Desta forma de concepção destas políticas adoptadas são muitas vezes divergentes com resultados esperados.

Neste contexto, tomando este conjunto de elementos constatamos que o grande problema reside na falta de infra-estruturas que condicionam todo o processo de comercialização onde a sua inexistência desencoraja o aumento da produção de produtos de rendimento que contribuem de uma forma geral no processo de desenvolvimento local.

O trabalho apresenta os seguintes aspectos: no seu primeiro capítulo apresenta uma introdução sobre a situação da pobreza no geral, objectivos, justificação do tema, as hipóteses de trabalho e a localização geográfica do distrito em estudo. No segundo capítulo fazemos teorização do problema destacando os conceitos básicos sobre os quais realizamos o trabalho. No terceiro capítulo apresentamos os resultados da pesquisa. No quarto capítulo apresentamos as estratégias de alívio do ponto de vista geral e específico e alguns aspectos que consideramos importantes para o alívio à pobreza. Finalmente apresentamos algumas considerações finais.



## ABREVIATURAS

- ACNUR** – Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados  
**AGRICOM** – Empresa de Comercialização Agrícola de Moçambique  
**AMODER** – Associação Moçambicana de Desenvolvimento Rural  
**DNAL** – Direcção Nacional de Administração Local  
**DDS** – Direcção Distrital de Saúde  
**DDADR** – Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural  
**EP1** – Ensino Primário do 1º Grau  
**EP2** – Ensino Primário do 2º Grau  
**ESG** – Ensino Secundário Geral  
**HIV** – Vírus de Imunodeficiência Humana  
**IBIS** – Organização Não Governamental Dinamarquesa  
**ICM** – Instituto de Cereais de Moçambique  
**IDM** – Índice de Desenvolvimento Humano  
**INE** – Instituto Nacional de Estatística  
**MPF** – Ministério do Plano e Finanças  
**MSF** – Médicos Sem Fronteira  
**ONG** – Organização Não Governamental  
**PARPA** – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta  
**PAV** – Programa Alargado de Vacinação  
**PDDAM** – Perfil de Desenvolvimento Distrital de Alto Molócuè  
**PDSAN** – Programa Distrital de Segurança Alimentar e Nutrição  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**PRE** – Programa de Reabilitação Económica  
**PRES** – Programa de Reabilitação Económica e Social  
**RDH** – Relatório de Desenvolvimento Humano  
**SIDA** – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida  
**SMI** – Saúde Materno Infantil  
**UEM** – Universidade Eduardo Mondlane  
**UNDAF** – Assistência das Nações Unidas ao Desenvolvimento  
**UNDP** – United Nations Development Program

## LISTA DE ANEXOS

1. Mapas
2. Tabelas
3. Guião das entrevistas
4. Lista dos entrevistados
5. Fotografias

Declaração.....	II
Agradecimento.....	III
Dedicatória.....	IV
Resumo.....	V
Abreviaturas.....	VI
Lista de Anexos.....	VI

## INDICE

### CAPITULO I INTRODUÇÃO

1. Formulação do Problema.....	4
2. Objectivos.....	5
3. Justificação do problema.....	6
4. Hipóteses.....	7
5. Contextualização.....	7
6. Localização Geográfica da Província da Zambézia.....	10
7. Situação Geográfica do Distrito de Alto Molócuè.....	11

### CAPÍTULO II TEORIZAÇÃO DO PROBLEMA.

1. Enquadramento Teórico e conceptual.....	12
2. Metodologia.....	17

### CAPÍTULO III RESULTADO DE PESQUISA.

1. Localidade de Malua.....	26
2. Percepção local da Pobreza.....	27
3. Evolução da Pobreza na localidade de Malua.....	29

### CAPÍTULO IV ESTRATÉGIAS DE ALÍVIO A POBREZA.

1. Estratégias das Nações Unidas	31
2. O Programa do Governo Moçambicano.....	32
3. Acções no Distrito de Alto Molócuè.....	37
Considerações Finais.....	45
Bibliografia.....	49
Anexos.....	54

## CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

A pobreza foi historicamente vista em diferentes perspectivas. Uma maneira era de vê-la como uma consequência do atraso, em uma outra perspectiva a exploração era a principal raiz da pobreza e numa terceira é que a grande parte da pobreza pode ser investida na sua relação com o processo global de exclusão, no qual parece que o período de transição entre exploração e exclusão é particularmente vulnerável. (Wanderley; 1993).

O processo de independência do nosso país e de outras colônias, mereceu alguma ajuda de outros países de forma a promover o crescimento económico, tendo estes países enfatizado o crescimento económico e o homem como elemento chave para o alívio da pobreza.

Este enfoque presumia que o crescimento económico levaria automaticamente à promoção do bem estar das populações destes países que se encontravam numa pobreza extrema.

Adam Smith e Ricardo acreditavam na necessidade do desenvolvimento, para uma integração dinâmica da divisão do trabalho, acumulação de capital e a inovação da técnica (Ianni; 1971: 94).

Esta visão e as diversas teorias sobre o desenvolvimento, reafirmavam o crescimento económico como sendo a área que imprimiria uma maior produtividade em coordenação com a força de trabalho como condição de se alcançar o bem estar da população. Como o crescimento económico e o progresso tecnológico por si só não podem criar condições para o bem-estar das populações e reduzir a pobreza e a miséria, estes procedimentos contribuíram para a abertura de um fosso de desigualdades, pois o homem serviu de recurso, de objecto, mas não um elemento fundamental na criação do seu bem estar e da sua família.

Assim, a pobreza é vista neste trabalho como sendo a falta de condições materiais e sociais da população e como resultado da não observância dos elementos relevantes enraizados

dentro da sua sociedade tais como a organização económica, e a organização sócio - política.

Os processos de alívio à pobreza são desenhados de uma forma exógena, por isso na sua implementação depara-se com um clima de divergências em relação às realidades locais.

O problema da pobreza passa a ser visto como a falta de oportunidades, para a população intervir na discussão, na análise das oportunidades e prioridades que toma como vitais.

O Crescimento da riqueza é necessário para o desenvolvimento, mas as grandes reformas económicas – que levam sempre a uma limitação dos rendimentos – podem fracassar quando não se empreendem, com energia e coragem políticas necessárias e reformas estruturais, sobretudo no sector público. A reforma do papel do Estado e as reformas económicas provocam uma crise política e social. As reformas tiveram resultados negativos e fazem precipitar uma nova depressão. Essas reformas rigorosas, e muitas vezes excessivamente duras, são acompanhadas sempre por ajudas da comunidade internacional que exerce pressões sobre o poder político, ajudando o país a tomar decisões que os países mais desenvolvidos não conseguiram desde os anos de reconstrução, isto é após a Guerra Mundial (Bowen: 1997).

A percepção e estratégia de alívio da pobreza surgem como o reconhecimento da ineficiência das políticas e planos de acção de desenvolvimento rural nos países menos desenvolvidos em que a população vê as estratégias de alívio à pobreza a não respeitarem as suas especificidades regionais, em termos de recursos, e a sua organização sócio - económica.

Após a independência de Moçambique em 1975, a pobreza e o subdesenvolvimento aparecem como questões fundamentais a combater e reconstruir assim um Moçambique novo (Green; 1989).

Cerca de 25 anos após a independência, a pobreza continuou a aumentar em números bastante elevados. De modo geral são apontadas como causas: a herança do colonialismo, o conflito armado, as calamidades naturais e as políticas de reajustamento económico que não respeitam as particularidades regionais do nosso país, principalmente a agricultura que é o principal pilar de produção de toda a economia de subsistência das famílias.

É necessário elaborar programas específicos para alcançar os objectivos de minimização da pobreza.

Há claramente uma falta de observância dos aspectos políticos, e sócio-económicos. Esta falta de observância é concebida como causa do fracasso do desenvolvimento rural do país. Por exemplo as políticas feitas pelo Banco Mundial para o desenvolvimento das economias africanas, em Moçambique falam do caso caju cujas novas formas de processamento deixam o país numa situação de crise social.

Na aplicação dessas políticas, em Moçambique, deparamo-nos com a pobreza, mas também como um contexto rural onde as formas de produção não estão mecanizadas. O que significa que ainda se pratica uma forma de produção tradicional.

Assim, a maneira como está decorrendo o processo de redução da pobreza, bem como da sua percepção, constitui o centro de preocupação sob o qual assenta o presente trabalho, tomando em consideração os aspectos específicos da comunidade de maneira que se adoptem mecanismos de alívio com resultados positivos.

Para a realização deste trabalho, procuramos perceber a problemática da pobreza a partir das concepções locais e por fim adiantar linhas e estratégias de alívio.

## 1. Formulação do Problema

A pobreza humana é mais do que privação de rendimentos. É a negação de escolhas e oportunidades para viver uma vida aceitável (PNUD; 1997: 2).

A pobreza é um fenómeno complexo que se faz sentir de diversas formas em diferentes regiões. Este fenómeno tem um impacto mais forte em Moçambique, particularmente, nas zonas rurais onde cerca de  $\frac{3}{4}$  da população vive abaixo da linha de pobreza<sup>1</sup>.

Nas ultimas décadas, a definição de pobreza alargou-se abarcando aspectos referentes à falta de poder, isolamento, vulnerabilidade, exclusão social, vida curta, analfabetismo e falta de meios materiais.

O relatório do ano 2000 do PNUD sobre pobreza coloca a questão como um problema sectorial, isto é, que deve ser analisado na pluralidade de factores sociais que intervêm a todos níveis da realidade social.

Uma das componentes mais importantes na análise da pobreza é a atenção que deve ser prestada tanto a nível teórico como a nível da acção política, à negação de escolhas e oportunidades para uma vida aceitável. Neste contexto, a negação de escolhas e oportunidades que este fenómeno produz, leva milhares de pessoas à rua, principalmente as crianças que são bastante vulneráveis, e forçadas a encontrar vias alternativas para a sua sobrevivência, como a prostituição infantil e, conseqüentemente, a propagação de doenças sexualmente transmissíveis.

---

<sup>1</sup> Linha de pobreza refere-se a um instrumento que tenta estabelecer um nível mínimo de necessidades básicas consistentes com as normas de uma dada sociedade a fim de medir a pobreza; se o padrão de vida de um indivíduo ou família, medido pelo indicador escolhido não atingir a linha, estes indivíduos ou famílias serão considerados pobres e não pobres se o mesmo padrão ficar acima da linha (MPF; 2000: 19).

Também neste fenómeno são vulneráveis as mulheres e os idosos, por estes serem desproporcionalmente pobres e muitas vezes privados de capacidades e sobrecarregados pelos esforços produtivos e outras responsabilidades domésticas como o cuidado com as crianças e a casa para as famílias onde o chefe de agregado familiar é uma mulher. Este problema é o resultado da falta de acesso à terra, à ausência de incentivos de produção tornando difícil o acesso a uma vida saudável (Cavero; 1998).

No entanto tomamos o termo “vida saudável” como o conjunto de condições básicas que podem prover uma existência fisicamente saudável através de uma alimentação suficiente e abrigo de modo a tornar possível o funcionamento eficiente do corpo.

Com base na problemática apresentada, procuramos formular a nossa questão de partida da seguinte forma:

Que factores é que contribuem significativamente para a prevalência da pobreza nas zonas rurais?

## **2. Objectivos**

O trabalho tem os seguintes objectivos:

1. Compreender os factores que contribuem para que a população de Malua seja cada vez mais pobre embora tendo recursos disponíveis para o seu desenvolvimento.
2. Identificar e analisar os problemas da comunidade de Malua e a sua forma de alívio, como meio para reduzir a pobreza.

### 3. Justificação do problema

A erradicação da pobreza em todo mundo é mais do que um imperativo moral e do que um compromisso de solidariedade humana. É uma possibilidade prática, e a longo prazo, um imperativo económico para o desenvolvimento social da população rural.

Atingir este objectivo no início do Século XXI é uma possibilidade realizável, contrariamente ao que a maioria das pessoas julgam. É verdade que existem dificuldades, interesses ocultos e oposição, mas também o cepticismo e a incredulidade são igualmente prejudiciais.

Na cimeira Mundial para o desenvolvimento social de Copenhaga em 1995, os países assumiram pela primeira vez um compromisso claro para erradicar a pobreza e não apenas aliviá-la (PNUD; 1997: 107).

Foram traçados os seguintes objectivos:

- Estabelecer objectivos nacionais;
- Preparar estratégias orientadas para a redução substancial da pobreza global no mais curto espaço de tempo;
- Reduzir as desigualdades;
- Erradicar a pobreza absoluta até uma data limite a ser especificada em cada país de acordo com o seu contexto nacional.

O estudo deste fenómeno leva a uma análise de forma a conhecer a realidade local, de maneiras que se encontrem medidas e planos adequados para o seu alívio.



Este trabalho pretende compreender a razão pela qual os vários projectos de alívio à pobreza têm-se revelado num fracasso e daí, propor algumas formas viáveis de aplicação local para seu sucesso.

O nosso trabalho de pesquisa é mais uma contribuição para o debate sobre a percepção da pobreza.

Embora a Província da Zambézia não registe maiores índices de pobreza em relação às Províncias de Inhambane (82,6), Sofala (87,9) e Tete (82,3), ela<sup>2</sup> apresenta índices altos de pobreza nas zonas rurais, principalmente, lá onde no decorrer da sua história já foram maiores produtores de bens agrícolas comercializáveis.

#### **4. Hipóteses**

- A implementação de políticas não vinculativas aos interesses das comunidades, dificulta a redução da pobreza na Localidade de Malua.
- Há falta de capacidade local para a gestão de recursos disponíveis e de concepção de estratégias locais para a redução da pobreza.

#### **5. Contextualização**

Moçambique é um País que herdou do colonialismo muito poucas infra-estruturas, se repararmos os padrões territoriais de desenvolvimento; herdou poucas capacidades produtivas e até o capital humano. Até os anos 60, o trabalho forçado era o sistema básico da força produtiva nas colónias de África (Castelo – Branco; 1994).

---

<sup>2</sup> De acordo com a avaliação nacional de pobreza em Moçambique 96/97 na Província da Zambézia, 68,1% da população é pobre, que corresponde a 2,1 milhões de pessoas. A zona rural tem maior percentagem de pobres comparativamente à urbana, 68,6% e 31,4% respectivamente (MPF; Junho 2000).

Após a independência, em 1975, Moçambique passou por sucessivas transformações económicas e sociais que continuaram a agravar a crise económica iniciada na década de 70. Este agravamento da situação caracterizou-se principalmente pela quebra generalizada da produção e conseqüentemente, das exportações, designadamente as do sector agrícola, que representavam cerca de dois terços de toda actividade económica do País (Green; 1991: 3).

Apesar de, entre 1977 e 1981, se ter verificado uma breve recuperação, nos anos seguintes, a crise acentuou-se em resultado da combinação de vários factores, entre os quais merecem especial destaque a guerra civil, os desastres naturais e os problemas de má gestão. Como consequência, a produção e as exportações decresceram, aumentou o défice orçamental do Estado, os subsídios às empresas deficitárias atingiram cifras incomportáveis e cessou o pagamento da dívida externa. A manutenção de um câmbio sobrevalorizado para a moeda nacional, uma política de preços fixados administrativamente contribuem mais para o surgimento e agravamento de distorções económicas e desequilíbrios financeiros (Bowen; 1997:129).

As medidas ensaiadas na primeira metade da década de 80, com a intenção de inverter a tendência de decrescimento económico, não surtiram qualquer efeito positivo, pelo que, o governo decidiu em 1986 assumir a decisão do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial de iniciar um programa de reabilitação económica (PRE) destinado a conter as tendências atrás referidas e preparar o relançamento da economia.

Com efeito, o PRE introduzido em 1987 e mais tarde o Programa de Reabilitação Económica e social (PRES) em Março de 1988 e outras medidas de abertura política, possibilitaram a criação de condições necessárias para uma recuperação da economia do país e conseguir entre 1987 e 1991, um relativo crescimento de 1,5% (Bowen; 1997: 128).

A assinatura do Acordo Geral de Paz e a realização das primeiras eleições multipartitárias em 1994, contribuíram para um ambiente de maior segurança no processo de aceleração da recuperação económica (Mazula; 1995).

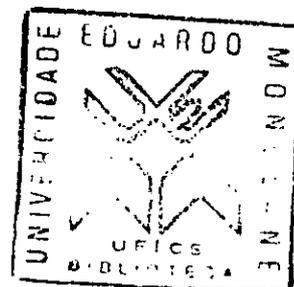
Em 1993 o PIB cresceu em 19% e a taxa de inflação caiu em 11 pontos percentuais, no mesmo ano o sector agrícola cresceu em 21% (Copson; 1994: 76).

A desvalorização da moeda, as políticas de liberalização do comércio, do mercado, e a redução dos subsídios às empresas deficitárias influíram no aumento da competitividade da economia nacional e tornaram o país mais atractivos aos investimentos privados, esperando-se desta forma que o sector privado contribuisse para o crescimento económico do País.

Moçambique conta com um enorme potencial económico nos seus diversificados recursos exploráveis. Estes, oferecem potencialidades para o desenvolvimento do País. São as reservas minerais que incluem minérios de ferro, ouro, tantalite e carvão, também o potencial hidroeléctrico e as reservas de gás. As características do País, o seu ecossistema e os valores culturais bem como o seu clima oferecem enormes condições para o incremento do turismo.

Para além dos recursos mencionados no parágrafo anterior, há que considerar a posição estratégica de Moçambique como ponto de passagem de mercadorias de e para outros países vizinhos. Os corredores da Beira, Nacala e Maputo, os portos, Caminhos de Ferro e o Transporte Rodoviário podem gerar recursos financeiros e materiais para o crescimento económico e trazer assim benefícios sociais significativos.

No entanto, apesar dos resultados positivos proporcionados pelo potencial dos recursos do país, bem como o crescimento da economia nestes últimos anos, as condições sociais não tiveram a mesma evolução. As condições da população agravaram-se tornando-se assim um grupo mais desfavorecido.



## 6. Localização Geográfica da Província da Zambézia

A Província da Zambézia localiza-se no centro de Moçambique com uma área total de 105008 km<sup>2</sup> e com uma população total de 3 240 576 habitantes, dos quais 1 570 491 são homens e 1 670 085 mulheres (INE; 1999: 11).

A Norte é limitada pelas províncias de Nampula e Niassa, a Sul pela Província de Sofala, a Este pelo Canal de Moçambique e a Oeste pela Província de Tete e a República do Malawi. A densidade populacional é de 31 habitantes por km<sup>2</sup>.

A linha costeira que constitui a zona Este da Província é plana. Na parte interior da Província encontramos formações montanhosas destacando-se os montes Namúli localizados na zona Norte da Província ao longo das nascentes do rio Licungo.

O clima predominante desta província é tropical húmido com ligeiras diferenças devido ao relevo e os efeitos da corrente quente do canal de Moçambique. Durante o ano verificam-se duas estações: a chuvosa de Outubro até Maio e seca de Junho até finais de Outubro.

A província é composta de 17 Distritos: Alto - Molócuè, Chinde, Gilé , Gurué, Ile, Inhassunge, Lugela, Maganja da Costa, Milange, Mocuba, Mopeia, Morrumbala, Namacurra, Namarrói, Nicoadala, Pebane e a cidade de Quelimane (INE; 1996).

A população fala predominantemente o Elòmwe que representa cerca de 41.8%, o Chuabo 30.6% e o Sena 7.7% e confessam maioritariamente a religião cristã 39%, evangélica/protestante 16%. A taxa de analfabetismo e funcional é de 70% (UNDP; 2000: 43).

A economia está assente, fundamentalmente, na agricultura (62,1%). O potencial económico da população da província da Zambézia está em contradição com o nível de



desenvolvimento sócio económico. Isto quer dizer que é uma província com um potencial económico alto e um desenvolvimento social baixo.

As estatísticas não apontam a Província da Zambézia como tendo um índice de pobreza elevado, mas a esperança de vida ao nascer é baixo, abaixo do Niassa com cerca de 37 anos (UNDP; 2000: 42).

### **7. Situação Geográfica do Distrito de Alto Molócuè**

O Distrito do Alto Molócuè situa-se a norte da Província da Zambézia, ocupando uma área de 6386 Km<sup>2</sup> e a sua população é estimada em 208427 habitantes. Segundo dados disponíveis a sua densidade é de 33124 habitantes por Km<sup>2</sup> e a sua população fala o Elòmwe. É limitado a norte pelo rio Ligonha, que separa a província da Zambézia da província de Nampula; a Sul ficam os distritos do Ile enquanto que ao Oeste fica o distrito do Guruè e a Este fica o distrito do Gilé (INE; 1999).

O poder tradicional também está presente tendo um papel complementar ao poder estatal. A sua função é relevante na resolução de problemas relacionados com a posse e distribuição de terras e a organização da comunidade local.

## CAPITULO II – TEORIZAÇÃO DO PROBLEMA

### 1. Enquadramento teórico e conceptual

Qualquer discussão sobre a pobreza não deve ser feita só a partir do próprio conceito pobreza. Ela também pode ser percebida como resultante dos processos de desigualdade social (Ferreira; 1995: 325).

Neste contexto, os conceitos, além de apresentarem endogeneidade e heterogeneidade de valores são produzidos num paradigma de uma certa teoria. Esta complexidade de conceitos tem sido relegada para segundo plano nas análises feitas, criando dificuldades na sua inteligibilidade (Giddens; 1993).

A endogeneidade e heterogeneidade de valores é um problema que é da área das ciências sociais, pois a sua análise não apresenta fronteiras artificiais que as várias disciplinas apresentam. Esta característica é das ciências sociais porque ela assenta na interdisciplinaridade de várias áreas do saber. Por exemplo na problemática da pobreza levanta-se o problema das desigualdades sociais como um fenómeno pluridimensional.

Dos conceitos base tratados neste trabalho, o conceito de pobreza subdivide-se em dois tipos: pobreza relativa e pobreza absoluta. Trataremos também os conceitos de comunidade e desenvolvimento.

A pobreza em geral é um fenómeno universal que indica a existência na sociedade num determinado momento, de indivíduos com um nível de vida ou de bem - estar abaixo do mínimo aceitável, segundo as normas dessa sociedade (MPF,2000: 26).

Pobreza é um conceito com muitas dimensões. O conceito entendido como pobreza humana refere-se à negação das oportunidades mais elementares para o desenvolvimento humano, tal como viver uma vida longa, saudável e criativa e beneficiar de um padrão de

vida adequado e de liberdade, auto respeito para com os outros. Usou-se o índice de pobreza humana para medir alguns destes aspectos (MPF; 2000: 25).

A definição da pobreza não é no entanto fácil: os pobres formam um subconjunto dentro das categorias desfavorecidas (Ferreira; 1995: 328).

Esta categoria que é um grupo de indivíduos desfavorecidos tem rendimentos baixos e muitas vezes em algumas regiões onde não há condições para a obtenção de rendimentos, a privação é extrema e a população encontra-se na miséria.

Neste contexto pode-se dizer que a pobreza tem que ser vista neste trabalho como um conjunto de factores sócio - económicos com a falta de um conjunto de recursos que a categoria abrangida tem de estar excluída nas formas mais simples dos modos de vida básicos.

A noção de pobreza absoluta, a partir da qual pode ser traçada para as condições de subsistência humana provém do Séc. XIX. Segundo Charles Booth, ela refere-se à falta de requisitos básicos para uma existência fisicamente saudável (alimentação suficiente e abrigo) de modo a tornar possível o funcionamento eficiente do corpo (Mitchell; 1978: 368).

A pobreza absoluta refere-se a um conjunto de condições mínimas necessárias para garantir a subsistência do indivíduo e pode ser expressa através de uma linha de pobreza absoluta. A pobreza absoluta refere-se à posição de um indivíduo ou família em relação a uma linha de pobreza cujo valor real é fixo sobre o domínio de comparação de pobreza. O conceito de pobreza absoluta tem sido aplicado, principalmente, na análise da pobreza dos países em via de desenvolvimento, nos quais a pobreza é mais pronunciada. O rendimento e/ou consumo são geralmente usados para medir a pobreza absoluta (MPF; 2000: 26).

O conceito de pobreza relativa é muitas vezes usado em dois sentidos, como uma expressão de um nível sócio económico de vida e socialmente determinado e como uma

simples comparação entre dados quantitativos de diferentes unidades de análises entre estados, regiões, grupos sociais, classes ou indivíduos.

A noção de pobreza relativa definir-se-á, pelo contrário, como sendo a falta de recursos considerados necessários para a manutenção de um padrão de vida considerado "normal" na sociedade. Reside aqui a maior margem de indeterminação do problema de escolha de critérios operatórios para a falta de recursos (financeiros, cognitivos, jurídicos, etc.) e para a exclusão permanece com os sinais de um modo de vida normal (Ferreira; 1995: 328).

Outros tipos de técnicas para medir a pobreza relativa são as de linha de pobreza, as quais podem basear-se em diferentes aspectos da vida quotidiana como o preço da comida ou o consumo diário de calorias (Abrahamsson; 2001: 17).

A pobreza relativa refere-se à posição de um indivíduo ou família comparada com a média do rendimento ou consumo médio nacional num dado País. Um método para medir a pobreza relativa é de fixar a linha de pobreza igual a uma determinada percentagem do rendimento médio ou de consumo médio dum país. Independentemente do padrão de vida da população de uma dada área, sempre haverá pessoas pobres relativamente a outras.

As concepções locais de pobreza estão associadas à vulnerabilidade dos indivíduos. Elas são polémicas, extremamente complexas e muito próximas do real do que as concepções usadas por muitos cientistas sociais (Adam; 1996).

Uma comunidade pode ser definida como sendo um determinado grupo de pessoas que residem numa determinada área geográfica, compartilham uma cultura e um estilo de vida comuns, têm consciência da sua unidade e podem agir colectivamente para alcançar um objectivo (Bruce, 1997: 123).

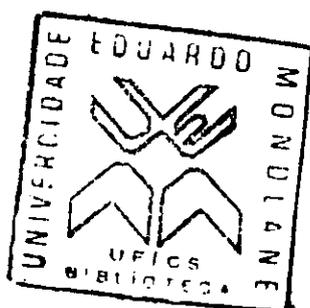
A comunidade é formada por pessoas unidas por laços naturais ou espontâneos assim como por objectivos comuns que transcendem os interesses particulares de cada indivíduo. Um

sentimento de “pertença” à mesma colectividade dominam o pensamento e as acções das pessoas, assegurando a cooperação de cada membro e a unidade ou a união do grupo. A comunidade é pois um todo orgânico no seio do qual a vida e o interesse dos membros se identificam com a vida e o interesse do conjunto (Rocher, 1989: 46).

As definições acima referenciadas do que é uma comunidade são concebidas de uma forma geral por autores que tratam a questão. Mas, este tipo de organização social reveste-se concretamente de três formas principais: a comunidade de sangue que são a família, o parentesco e clã. É a comunidade mais natural, de origem biológica e, conseqüentemente, a mais primitiva; a comunidade de lugar, que se forma pela vizinhança e que se encontra na aldeia ou no meio rural; por fim a comunidade de espírito, baseada na amizade, na concórdia, numa certa unanimidade de espírito e de sentimentos. A comunidade de espírito encontra-se sobretudo na pequena cidade em que as pessoas se conhecem, no grupo religioso e na comunidade nacional.

Os autores que tratam da questão da comunidade dão relevância à questão dos espaços geográficos partilhados por todos indivíduos que lá se encontram. Se isto é verdade, não seria errado pensar que os indivíduos de uma comunidade partilham valores, ideias e sentimentos. Isto não significa que a comunidade existe num estado perfeito, pois ela constitui apenas uma “comunidade imaginária” porque não há nenhum grupo social que tenha definições de uma comunidade concreta.

O desenvolvimento é um processo e não um modelo, pois os modelos são resultado dos processos da transformação da sociedade. Neste contexto os economistas fisiocratas (Quesnay – 1758 e Smith 1777), viam na agricultura o sector produtivo responsável pela riqueza nacional (Hugon; 1988: 91). Mais tarde, até aos anos 50, o desenvolvimento surge como sinónimo de crescimento económico, resultante do aumento da produção dos bens materiais do produto nacional, sendo este um indicador para as sociedades.



Hoje o desenvolvimento é visto sob vários paradigmas. A visão actual sabe diferenciar o desenvolvimento do crescimento económico. Mas a antropologia moderna, pelo contrário, vem mostrar que a questão económica não deve ser tomada como a prioridade de estudo do desenvolvimento porque existem outros factores extra-económicos e que, conjugados com as dinâmicas internas duma sociedade subdesenvolvida, podem ser focos de estudo e sem os quais os processos de desenvolvimento e os seus fracassos não podem ser plenamente compreendidos.

O desenvolvimento é um processo de selecção coerente e flexível de objectivos, prioridades, tecnologias, mercados, formas sociais da produção, incentivos e formas institucionais de acção, que modifiquem conjunto da estrutura e das relações económicas (Mazula; 1995: 609).

O desenvolvimento como modelo, como defendiam os economistas clássicos, é um processo real que hoje se revela complexo. Um processo de interacção social pelo qual as sociedades são submetidas para melhoria das condições materiais e sociais com representações lógicas, estratégias e dinâmicas específicas (Sardane; 1997).

O facto de ser um fenómeno real e social pode ser analisado a nível macro-económico (das relações de produção, mercado mundial, políticas nacionais) e micro - económico grupos de família (Idem).

Na discussão sobre a problemática da pobreza deve-se tomar em conta a noção de crescimento e desenvolvimento económico de modo a compreender as implicações que estes dois termos trazem na discussão do fenómeno de pobreza aqui em estudo.

Assim sendo, temos crescimento económico como a área que se debruça essencialmente na produção ou providência de recursos para o aumento dos investimentos, estes por sua vez podem minimizar ou mesmo eliminar a pobreza se adaptarem políticas de redistribuição económicas equitativas.

A política de redistribuição equitativa constitui uma base material para o desenvolvimento. Finalmente esta possibilita o balanceamento social através do melhoramento de infra-estruturas sociais, no campo e nas Cidades, que por sua vez podem criar as bases para potenciar o desempenho económico.

Sendo assim, este trabalho será conduzido na dimensão micro-económica, onde o desenvolvimento visa garantir as condições básicas da população.

## **2. Metodologia**

A pesquisa toma em conta o período de 1994 a 2000, porque este período é considerado marco importante, pois em 1994 realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias. Após o conflito armado, são elaborados planos governamentais que traçaram linhas e estratégias de combate à pobreza nas zonas rurais de Moçambique.

O presente trabalho é, principalmente um estudo empírico cujas experiências se baseiam no trabalho de campo efectuado no mês de Junho 2001 sobre questões relacionadas com a pobreza em Moçambique, na Província da Zambézia, no Distrito do Alto Molócuè. A recolha de informação usada foi feita através de fontes escritas e orais.

Fez-se uma pesquisa bibliográfica incluindo artigos de revistas, jornais e folhas noticiosas.

Uma segunda categoria de material básico é constituída por relatórios sobre a pobreza publicados pelo PNUD e pelo Banco Mundial.

Fizemos entrevistas semi directivas e conversas pessoais para a recolha de informação.

As pessoas privilegiadas para as entrevistas foram as entidades distritais, líderes ou chefes tradicionais, pessoas idosas e jovens de ambos os sexos.

O trabalho de campo foi realizado na povoação de Malua, situada no regulado do mesmo nome, o posto Administrativo do Molócuè Sede.

Na sede do distrito Alto Molócuè, foram entrevistadas 16 pessoas, das quais 6 vivem na sede do distrito: o Substituto do Administrador do Distrito, Director Distrital de Saúde, o Director da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Substituto o Director da Educação, o representante da Organização Não Governamental Dinamarquesa (IBIS) e do Director da Associação Moçambicana de Desenvolvimento Rural (AMODER). Os outros entrevistados são da povoação de Malua.

O método de análise situacional<sup>3</sup> ajudou na interpretação de dados qualitativos, na medida em que eles permitem confrontar os depoimentos dos entrevistados com as teorias, conceitos e hipóteses levantadas durante a pesquisa.

Ao optarmos pelo método qualitativo, pretendemos obter uma compreensão básica da pobreza. Ambientes dominados por descrições quantitativas da pobreza podem estar mais inclinados para remédios baseados no pensamento do equilíbrio macro-económico, enquanto que a necessidade de uma mudança política e social mais profunda teria um enquadramento melhor em ambiente com uma base de compreensão mais qualitativa.

Entre a descrição qualitativa e quantitativa da pobreza, incluindo a percepção que os povos pobres têm sobre a sua situação, o significado da pobreza pode ser alargado para incluir também o conceito de privação relativa entendido no seu sentido sócio psicológico, contribuindo portanto para uma melhor compreensão dos mecanismos através dos quais as pessoas reagem e se comportam com base na percepção da sua própria situação.

a) Os critérios de selecção do local de pesquisa de campo foram os seguintes:

---

<sup>3</sup> O método de análise situacional consiste em apresentar ao leitor as abstrações e conclusões do seu material de campo que passam necessariamente pelo registo de situações reais e de comportamentos específicos (Valsen; 1987: 348).

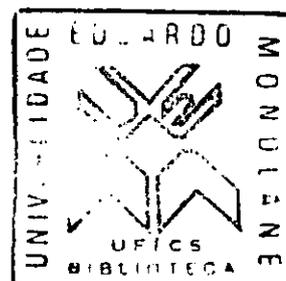
- O conhecimento correcto da língua (Elòmwè), dominante em Alto Molócuè facilitaria o trabalho de campo e permitiria uma comunicação mais profunda com os entrevistados;
- O facto do Distrito de Alto Molócuè ser um ponto de confluência entre as três províncias (Nampula, Niassa e Zambézia);

b) Dificuldades

A população do distrito de Alto Molócuè consome grande parte do seu tempo na actividade agrícola que é a base fundamental de subsistência das famílias e principal fonte de rendimentos.

Devido à sua ocupação em actividades agrícolas torna-se difícil contactá-las porque as suas machambas ficam longe dos seus locais de habitação. Algumas famílias saem das suas casas por volta das 4.30 horas e regressam ao entardecer. Este facto criou em nós dificuldades de contactá-los nos dias úteis da semana. Aos fins de semana principalmente aos domingos ocupam-se em ir à igreja e visitas aos familiares ou doentes.

Outra grande dificuldade, liga-se ao facto de a população não querer ser entrevistada, alegando que são tantas as entrevistas sobre a problemática da pobreza e outras que lhes foram dirigidas e sem resultados práticos.



### CAPITULO III - RESULTADOS DA PESQUISA

A pobreza é um fenómeno que se faz sentir num grupo em relação aos outros a partir de indicadores económicos e sociais como privação de bens básicos para a sua sobrevivência.

A falta de condições materiais e financeiras das famílias faz-se sentir nas condições precárias de subsistência no seu quotidiano. A habitação precária, isto significa com uma duração de um ano ou menos, construídas com base em material local (pau a pique), e outras de tijolo feito de terra e não queimado; a falta de produtos de primeira necessidade (óleo, sabão, sal) provocada pelo fraco poder de compra e outros instrumentos de produção agrícola como catanas, enxadas de cabo curto.

As culturas produzidas neste distrito são o milho, a mapira, a mandioca, os feijões (manteiga, buere, nhemba, soloco e fava) além da batata doce (MISAU; 2000:1).

Para além das culturas indicadas, existem as de rendimento como o tabaco, o algodão e a castanha de caju, e as outras como o milho, a mapira, a mandioca, feijões e a batata doce são as culturas de consumo local das populações.

A falta de água potável, falta de condições de acesso ao posto médico entre outros, e porque o distrito conta somente com nove unidades de saúde, estando um na Sede e oito postos de saúde nomeadamente em Nauela, Muthala, Malua, Mohiua, Nivava, Caiaia e Granja (ACNUR/PNUD; 1997: 10).

Face as dificuldades o director de saúde descreveu a situação dizendo:

*"(...) de todas as unidades sanitárias do Distrito o pessoal da saúde não cobre a procura de uma média de 24000 habitantes; há falta de pessoal qualificado para o atendimento ao público. Este problema vem acompanhado com a falta de medicamentos e a população percorre 15Kms*

de distância para encontrar um posto de saúde e o tempo de espera para o atendimento é demasiado longo”(*Director de Saúde; 12/06/01*).

O saneamento do meio e água a situação não é boa. Existe a prática do fecalismo a céu aberto ou utilização de covas de gato<sup>4</sup> e algumas famílias defecam à beira dos rios. Existem muito poucas latrinas construídas.

*“(...) no que toca à qualidade da água, pode ser considerada razoável. Parte considerável da população consome água de poços melhorados embora em certas ocasiões recorram a poços tradicionais e à água dos rios”*(*Sofia Mpalale; 16/06/01*).

Quanto aos hábitos alimentares, as famílias têm como base da sua alimentação a farinha de milho, de mapira, de mandioca e arroz e como acompanhamento, consomem verduras (couve, folhas de mandioca, de feijão nhemba, de abóbora e de batata-doce) entre outros, o cogumelo, feijões, peixe, galinha, ovos e por vezes carne. A diferença que existe entre as famílias está no número das refeições, porque as famílias ricas tem três, as médias tem duas e as pobres uma.

A rede comercial é composta por doze mercados. Três situam-se na sede Distrital e nove nas localidades um em cada localidade. Existem ao todo três mercados informais e vinte e nove lojas em funcionamento (MISAU; 2000: 3).

*“(...) há especulação dos preços por parte dos comerciantes ambulantes, na compra dos excedentes, o que coloca as populações insatisfeitas porque vendem os seus produtos a preços baixos”* (*Administrador Substituto do Alto Molócuè; 11/06/01*).

---

<sup>4</sup> É a forma de como a população faz para satisfazer as suas necessidades maiores que consiste em abrir e tapar a cova depois da satisfação tal como faz o gato.

Há falta de emprego, porque as duas pequenas indústrias, a de descarroçamento de algodão e a moageira não satisfazem a procura de emprego.

No tempo chuvoso as vias são pouco acessíveis, mas há vezes em que as vias ficam cortadas e a comunicação entre a sede do distrito e as suas localidades tem sido impossível.

*“(...) há mais frequência de transporte público na estrada principal que liga o Distrito com o resto das regiões comunicáveis como Gilé, Guruè, e cidade de Quelimane e o transporte comercial é mais observado nas estradas terciárias que ligam localidades à sede do distrito. O maior fluxo é observado na época de colheita”(Administrador Substituto de Alto Molócuè; 11/06/01).*

Na pecuária, os animais domésticos mais importantes no distrito são para o consumo familiar ou comercialização e são eles as aves da capoeira (galinhas e patos), porcos e cabritos. Não há recurso à tracção animal nos trabalhos da machamba, porque não existe gado bovino na região.

Sobre a caça (porcos do mato e gazelas) pesca e fauna bravia, as autoridades distritais reiteraram a sua importância na alimentação da população e das famílias, facto também confirmado pela população entrevistada.

O distrito de Alto Molócuè possui um potencial de produção de árvores de frutas como a laranjeira, tangerineira, mangueira, goiabeira, limoeiro e frutas silvestres, com particular destaque para a localidade de Chapala, Nauela e Mutala pois algumas espécies de árvores silvestres constituem fonte de energia e parte da vegetação local é usada na construção de habitações (ACNUR/PNUD; 1997: 7).

O crédito bancário não está implantado porque não há serviço ou sistema de crédito formal devido à ausência de instituições bancárias (ACNUR/PNUD; 1997: 9).

*"(...) No comércio e na indústria têm sido frequentes os comerciantes das cidades de Maputo, Beira Nampula e Quelimane que se deslocam ao distrito para a compra de produtos locais"(Administrador Substituto do Alto Molócuè; 11/06/01).*

O Sector da educação conta com uma escola secundária (ES), que lecciona da 8ª à 10ª classe, duas escolas do ensino primário do 2º grau (EP2) e 116 para o ensino primário do primeiro grau (EP1), dispersas pelas doze localidades do distrito (vide anexo 7) (ACNUR/PNUD; 1997: 11).

Em Março de 1996 operavam no distrito de Alto Molócuè onze organizações, das quais 6 nacionais. A actuação destes organismos cobria áreas diversas nos domínios social e económico (ACNUR/PNUD; 1997: 13).

Até 1997, altura em que foram produzidos os Perfis de Desenvolvimento Distrital, no âmbito do projecto conjunto ACNUR/PNUD, havia no distrito de Alto Molócuè cerca de onze organizações<sup>5</sup> a trabalharem em actividades ligadas ao desenvolvimento rural. (Vide Anexo N.º 8, de organizações de cooperação a operar no distrito de Alto Molócuè).

Além destas onze organizações temos também o Governo distrital. As suas principais áreas de intervenção são, fundamentalmente, a agricultura, a segurança alimentar, a saúde, a educação, a pecuária e construção/reabilitação de infra-estruturas.

De 1998 a 1999, em virtude do término dos programas de alguns desses organismos, o cenário mudou. De onze, o distrito passou a contar com apenas duas, nomeadamente a IBIS que trabalha na construção/reabilitação de infra-estruturas e a AMODER que contribui no esforço da normalização e no melhoramento das condições de vida e do aumento dos níveis

---

<sup>5</sup> Trata-se dos seguintes organizações: ACNUR, ADEMIMO, ADEMO, AMODEG, AMODER, CVM, IBIS, OMM, OXFAM, PMA, UNICEF (ACNUR/PNUD; 1997: 13).

de produção e auto-suficiência alimentar da produção rural através da promoção e financiamento dos projectos de iniciativa e execução local. Desta duas apenas a IBIS é que tem grande impacto.

Em termos de situação de género, no distrito, de Alto-Moóocuè não existem diferenças no trabalho agrícola. Mas na localidade de Nauela os homens dedicam-se mais à olaria, venda de lenha, confecção de bebidas e ao artesanato. As mulheres cuidam das crianças e da casa enquanto os homens fazem as construções e garantem a sua manutenção.

No que se refere ao acesso à terra, as mulheres podem ter as suas própria machambas se o desejarem. Os bens da família lhes pertencem e em caso de falecimento do marido, a mulher e os filhos dividem os bens com familiares do marido.

As doenças mais frequentes são a malária, a diarreia, a parasitose, a lepra e as doenças de transmissão sexual e anemias. A mais perigosa é a malária, que muitas vezes está associada à diarreia e à anemia. A malária e a diarreia são mais frequentes no tempo chuvoso e nas crianças; enquanto que as outras doenças não têm período e nem grupo etário específico. Afectam a todos (MISAU; 2000: 1).

*"(...) quando estamos doentes vamos primeiro ao curandeiro porque os hospitais ficam longe e se o curandeiro não consegue curar recorremos ao hospital. Para tal é preciso uma contribuição familiar para encontrar meios para transportar o doente e o seu respectivo tratamento" (Alberto Muteco; 15/06/01).*

Quanto ao Programa Alargado de Vacinação (PAV), a sua cobertura é de cerca de 70% e este nível tende a aumentar de ano para ano, possivelmente por ser um distrito com energia, não havendo problemas com a cadeia de frio (MISAU; 2000).



Quanto ao planeamento familiar o que constatamos é curioso, pois na sede do distrito as mulheres dizem que não sabem como se faz o planeamento mas já ouviram falar e em Malua, as mulheres dizem que sabem como se faz, mas os dois grupos dizem que é bom praticá-lo e afirmam que a maior parte dos homens aprova. Nem todos pensam da mesma maneira, alguns receiam que as mulheres não voltem a conceber.

Na segurança alimentar, as pessoas deficitárias são caracterizadas por possuírem machambas pequenas, com rendimentos baixos que não cobrem todo ano. Geralmente esta população tem fontes de rendimento menos seguras. Estão nesta situação as mulheres solteiras, as viúvas, os velhos, e as pessoas com doenças crónicas. Em regra geral são agregados chefiados por mulheres viúvas ou mães solteiras (MISAU; 2000).

Todavia o distrito não tem problemas de segurança alimentar nem de desnutrição alimentar. Se existe é transitória (Idem).

*“(...) em termos de disponibilidade de alimentos, existem como alimentos o milho, mapira, mandioca e arroz estão disponíveis em grande quantidade e durante grande parte do ano, registando-se apenas uma pequena redução nos meses de Dezembro à Fevereiro, alimentos como galinhas, carne suína e feijões, estes estão disponíveis durante todo ano” (Régulo Malua; 14/06/01).*

A falta de segurança alimentar de famílias vulneráveis deve-se à reduzida mão-de-obra porque elas são constituídas por velhos e mães solteiras, com um número de crianças que não podem produzir. Estas famílias não têm rendimentos para garantir uma assistência médica aos seus membros e a si mesmos.

## 1. Localidade de Malua

Malua fica a cerca de 15km do posto administrativo de Molócuè com uma população total de 14307 habitantes dos quais 6722 são homens e 7585 são mulher (INE; Senso de 1997).

Em Malua as casas estão dispersas e situadas distante das machambas, o que faz com que alguns camponeses tenham que passar mais tempo junto das palhotas que se encontram nas suas machambas, regressando só aos fins de semana para as residências principais.

Os indivíduos agrupam-se em função do parentesco que igualmente os diferencia. O parentesco é aqui entendido como uma relação social que pode resultar da relação biológica consanguínea ou afim.

É preciso notar que em África há comunidades pequenas e grandes que não se constituem exclusivamente por membros de uma única linhagem (Evans-Pritchard; 1964).

Em termos de organização social, do ponto de vista antropológico, em Malua vigora o sistema matrilinear, o que significa que os filhos pertencem à mãe e todo respeito é dirigido para a família materna. Isto não significa que o pai não é respeitado. Ele tem o seu papel social como pai. A descendência é por via uterina.

Constatamos que as casas são construídas a pau e pique pertencem à pessoas com poucas condições sócio económicas . Há algumas famílias com algumas condições económicas que têm casas com tijolos de areia e com boa cobertura.

A localidade de Malua, tem um posto de saúde e uma maternidade. Também existe um posto de vacinação permanente que faz atendimento à população, não só de Malua, mas também à população que se encontra mais distante da sede.

Quanto à questão relacionada com a água, a população de Malua recorre a poços tradicionais e rios enquanto que a população que está próxima da missão católica beneficia de uma bomba de água instalada pelos padres.

A localidade de Malua é de economia agrícola e produz fundamentalmente o milho, feijões (manteiga, nhemba e fava). A batata-doce é produzida para o consumo familiar e não constitui alimentação básica.

Quando perguntamos ao régulo sobre os conflitos na localidade relacionados com a distribuição de terra ele nos disse:

*"(...) os conflitos desta população são resolvidos pelos chefes tradicionais. Os principais conflitos têm sido os de terra, relação extra conjugal (adultério). Só os problemas complexos é que são encaminhados para os agentes da lei e ordem na sede do posto administrativo tal como brigas na bebedeira, roubos, fogo posto e outros" ( Régulo Malua; 13/06/01).*

## **2. Percepção Local da Pobreza**

Para perceber este fenómeno a nível local é preciso compreender as características sócio-económico desta região. Os fundamentos e valores culturais da região também devem merecer uma consideração relevante.

As famílias menos favorecidas (alipa ohàwa)<sup>6</sup>, possuem machambas pequenas mais ou menos como um hectare ou dois, têm casas pequenas, sem boa cobertura, sem criação de animais, sem fontes de rendimentos seguras, sem bens financeiros nem imóveis e os filhos não estudam.

---

<sup>6</sup> Alipa ohàwa - pessoas pobres

As famílias com condições sociais razoáveis (Okhàlano tonto)<sup>7</sup> caracterizam-se por terem machambas com um a três hectares, produção para todo ano, casas de tamanho médio, possuem criação de animais, meios financeiros e os filhos podem estudar até à quinta classe.

As famílias com condições estáveis (orèla)<sup>8</sup> são aquelas que têm mais de três hectares até mesmo podem alguns ter cinco ou oito hectares, excedentes agrícolas, possuem casas boas e grandes, fontes de rendimentos seguras, incluindo bicicletas, motas, viaturas e os filhos estudam mais tempo do que os outros.

Esta percepção de alguma forma foi generalizada porque as pessoas entrevistadas são as que têm alguma visão sobre o problema, mas a população mais desfavorecida e que não tem outras perspectivas sobre o problema tem a seguinte percepção:

A povoação de Malua e o grosso dos nossos entrevistados têm a mesma percepção da problemática da pobreza e afirmaram que ser rico é ter casa própria, bicicleta, tomar chá todos os dias com pão ou mandioca, tomar banho com sabão, ter chinelos, usar óleo nas refeições enquanto que as famílias com condições razoáveis são aquelas que têm cobertor, fazem pequenos negócios, usam óleo em alguns dias importantes, que têm chinelos ou sapatos rotos. Por fim ser pobre significa não ter sapato, ter muitos filhos, tomar banho sem sabão, não ter cobertor, ter duas ou uma refeição, ter muitas doenças e não ter possibilidade de ir ao posto de saúde.

Esta percepção do fenómeno pobreza, constatamos no terreno. A maior parte dos nossos entrevistados explicaram-nos que ser pobre é não ter emprego, salário, e ter filhos não poder criá-los e finalmente, é fazer trabalhos em várias machambas para obter algum rendimento.

---

<sup>7</sup> Okhàlano tonto – são pessoas que não são pobres e nem ricas

<sup>8</sup> Orèla – são pessoas consideradas ricas

### 3. Evolução da pobreza na localidade de Malua

Moçambique é um país que foi assolado por uma guerra que destruiu vidas, lares, comunidades e infra-estruturas. Generalizou a pobreza, traumatizou milhares de pessoas e feriu, profundamente, o tecido social (Castel-Branco; 1994: 173). O património nacional, quer seja económico, cultural e social foi absolutamente atingido pela guerra o que deixou a população seriamente empobrecida. Com o início da guerra, a localidade de Malua ficou atingida e mesmo assim, com o fim dela, a população continua a não encontrar meios para a produção para a sua subsistência de forma a melhorar as suas condições de vida.

Não se pode falar de emprego neste distrito porque esta população foi levada a dedicar-se à agricultura dado que a guerra destruiu as infra-estruturas que sustentavam emprego. Assim, a agricultura é que constitui a sua fonte de rendimento embora com dificuldades que nos foram relatadas por alguns populares.

*“(...) quando produzimos dez sacos de milho não conseguimos vender e o dinheiro que ganhámos com a venda , nem dá para pagar o hospital nem para pagar um médico tradicional” (Marina Phama; 13/06/01).*

Os depoimentos da população de Malua apresentaram os seguintes problemas:

- A comercialização está a sofrer uma grande marginalização, o que explica a falta de espaço onde se podem colocar as culturas comercializáveis.
- A falta de um centro de saúde dotado de técnicos capazes de lidar com as principais doenças da zona, e a inexistência de uma ambulância para a evacuação dos doentes.



- A falta de centros de comercialização, como mercados, faz com que os custos dos produtos não cubram com os gastos de transporte.

Perante estas dificuldades a população de Malua, como constatamos no terreno, espera ver as suas dificuldades ultrapassadas.

Os populares explicam ou definem a sua pobreza através de atributos materiais e não através de uma construção teórica. Isto significa que em termos gerais a pobreza é vista como a falta de meios básicos para sobrevivência e para a multiplicação dos seus produtos passando pelo melhoramento das redes de comercialização dos seus produtos.

A percepção da pobreza, localmente, é diferente da percepção da pobreza construída pelos investigadores e activistas sociais que trabalham sobre o problema. Localmente, a posse de bens pesa mais na distinção entre pobres e não pobres.

A construção teórica da pobreza tem que considerar as pesquisas empíricas com uma profundidade dos próprios factos reais e não basear-se em apenas factos projectados e baseados em estimativas numéricas.

## **CAPITULO IV - ESTRATÉGIAS DE ALÍVIO DA POBREZA**

### **1. Estratégias das Nações Unidas**

Para a solução do problema da pobreza, as Nações Unidas avançaram algumas sugestões contidas num plano estratégico de redução de pobreza, que preconiza a satisfação das necessidades de bens básicos no período de cinco anos, nos países menos avançados (PNUD; 2000).

O programa da redução da pobreza no quadro de assistência das Nações Unidas ao desenvolvimento (UNDAF) é o segundo desde a reforma global das NU, introduzido pelo Secretário Geral Koffi Anan em 1997 (Jornal Notícias, edição 25035; 2001). O objectivo desta instituição, UNDAF, é permitir às agências das Nações Unidas harmonizarem os seus esforços de desenvolvimento dos Países pobres, de modo a melhorarem a coerência e eficácia do seu trabalho de alívio da pobreza. Esta instituição das Nações Unidas concentra-se na promoção de actividades para alcançar certos objectivos estratégicos garantir, para a população menos favorecida, as necessidades básicas para a sua subsistência através dos apoios canalizados aos respectivos governos.

Em Moçambique, a assistência das Nações Unidas recomenda uma estratégia de segurança individual tratando, especificamente dos riscos do HIV/SIDA, das calamidades naturais e das minas anti-pessoal.

O segundo objectivo estratégico inclui o direito ao conhecimento e a uma vida mais saudável e longa. Dentro deste objectivo, os projectos visam a educação, os cuidados com a saúde, água e saneamento.

O terceiro objectivo refere-se ao direito a uma vida sustentável ao promover agricultura e o desenvolvimento rural e ao apoiar o emprego através de oportunidades de crédito e de iniciativas do sector privado. Por último, abrange a democracia e a descentralização,

apoiando na capacitação das instituições públicas de modo a sustentar o processo e as práticas democráticas incluindo as eleições democráticas.

O sistema das Nações Unidas no seu conjunto partilha dois grandes alvos na assistência ao desenvolvimento: conter o avanço do HIV/SIDA que representa o maior travão no desenvolvimento do país e da região; e outro, aumentar o acesso das raparigas ao ensino. Desta maneira, pretende-se reduzir os factores que concorrem para o insucesso dos programas estratégicos para o alívio da pobreza em Moçambique. Assim, a realização destes objectivos são a chave para garantir o fortalecimento da sociedade a longo prazo e alcançar as metas da redução da pobreza e, por fim, assegurar que são assegurados os direitos para todas as populações.

Carol Belamin, Directora Executiva da UNICEF, disse que as crianças pobres, subalimentadas e débeis são o reflexo dos países pobres e fracos (Jornal Savana edição 367; 2001).

Com este trecho pretende-se mostrar que a redução da pobreza tem que passar primeiro por um olhar bastante alargado e profundo da situação das crianças no mundo, porque elas é que são o reflexo do desenvolvimento das nações. Desta maneira, é fundamental sublinhar que a redução da pobreza tem que começar pelas crianças. Há crianças pobres, subnutridas, e com saúde precária o que é característica dos países ou sociedades pobres e impotentes, ficando desta forma à mercê dos países mais fortes. Assim, como a vida da criança é depreciada, as riquezas dos países são perdidas. Um investimento na criança pode apresentar altos dividendos de paz e desenvolvimento a longo prazo.

## **2. O Programa do Governo Moçambicano**

O Governo Moçambicano elaborou um programa integrado e coordenado orientado para a erradicação da pobreza absoluta, onde para sua realização foram definidos objectivos e metas para um período de cinco anos (PARPA; 2000).

A sistematização destes objectivos vai facilitar a priorização da alocação dos recursos e permitir a avaliação das acções visando a redução da pobreza. Assim, para cada um dos sectores chave para a redução da pobreza, são preconizados os seguintes objectivos: na educação, as políticas preconizam garantir que todas as crianças tenham acesso ao ensino primário onde a meta consiste numa escolarização universal, com maior ênfase no aumento de ingresso das raparigas. Assim, as prioridades contemplam as zonas rurais, onde se pretendem abrir oportunidades mais viáveis ao acesso ao ensino. Esta medida pretende reduzir a disparidade de oportunidades de género que se faz sentir nas zonas rurais;

Na saúde, o objectivo é continuar a promover o melhoramento na prestação dos cuidados de saúde com boa qualidade e sustentável para o povo Moçambicano. A sua expansão e melhoria em termos de qualidade constituirá uma componente importante da estratégia global contra a pobreza das camadas mais vulneráveis da população; a Acção Social, é uma área fundamental para a redução das desigualdades sociais, a redução da pobreza e integração de mais extractos sociais no processo do desenvolvimento. Assim, decorreram as seguintes acções específicas:

- Melhorar a qualidade de serviços de apoio aos grupos sociais indigentes de modo a reduzir a pobreza rural;
- Reforçar o papel da família na protecção de todos os seus membros com particular atenção para as crianças, deficientes e idosos;
- Promover a reabilitação psicológica, educação e formação profissional da criança da rua, órfã e desamparada e garantir a sua inserção social na família;
- Providenciar a reabilitação social da criança deficiente, crianças vítimas da prostituição e abuso sexual e garantir a sua reinserção social.

Na Agricultura, (inclui-se a pesca) o objectivo é expandir a capacidade de produção e melhoria da produtividade agrícola com base no desenvolvimento dos pequenos e médios produtores. Na componente específica da gestão após colheita, o objectivo será garantir o melhor aproveitamento dos excedentes de produção a médio prazo, através da promoção, processamento e conservação das principais colheitas locais.

Constituem fundamentos básicos de desenvolvimento rural a promoção da participação comunitária, a coordenação intersectorial e a descentralização. A acção para este sector caracteriza-se no reconhecimento do valor dos recursos locais, termos de troca favoráveis de bens e serviços de modo a reduzir os custos de transição assim como serviços financeiros adequados.

Quanto ao emprego, o objectivo central é a promoção do emprego e auto-emprego, através da reabilitação de infra-estruturas, especialmente em zonas rurais.

A formação profissional deve habilitar a população economicamente activa a oportunidade de emprego e; segurança social dos indivíduos garantindo que todos trabalhadores, independentemente do sector e do tamanho de unidade empregadora, possam ter um sistema de segurança social que lhes permita precaver-se de situações de "stress" imprevisível.

As infra-estruturas, constituem a maior preocupação, pois a sua extensão, permitiria o acesso a água potável, à habitação e fontes de energia seguras e estáveis bem como o acesso à comunicação.

As difíceis condições de acesso às zonas rurais, principalmente aquelas que são produtivas e que criam transtorno no escoamento de produtos faz com que seja necessária uma política de estradas.

A problemática de pobreza no nosso País tem que ser entendida num contexto que visa encontrar políticas e soluções viáveis para as especificidades das zonas rurais de Moçambique. Apesar de as políticas terem que respeitar aspectos específicos, temos de ter em conta fenómenos com impacto social no mundo como é o caso da globalização cuja compreensão deve ter em conta as suas dimensões relacionadas com o espaço e tempo através dos processos universalizantes da tecnologia e dos sectores sociológicos e económicos.

A percepção da pobreza e sua estratégia de alívio, não deve ser entendida como mera política económica. A globalização tem que ser vista como sistema, pois ela mexe com todos os aspectos da vida humana, mesmo aqueles que não são de carácter económico.

Clinton disse no fórum social mundial em São Paulo que o grande desafio da globalização não é o crescimento económico ou a revolução tecnológica, mas encontrar soluções para a fome, as doenças, a falta de água e de escolas nos países mais pobres (Jornal Notícias, edição 25102; 2001).

Sendo Moçambique um país com índices de pobreza muito altos, é importante que as políticas e estratégias de alívio à pobreza respeitem as particularidades locais porque a globalização pressupõe processos que, muitas vezes, se reflectem na economia, deixando de lado os aspectos sociais sob gestão dos governos e estes não têm meios suficientes para fazer face a este mal social de grande dimensão e impacto nas famílias e consequentemente nas economias dos seus países.

A globalização é sentida a partir do momento em que ultrapassa as fronteiras nacionais (Giddens; 1999: 22). Isto quer dizer que o Estado não consegue controlar as suas fronteiras e o fenómeno é impulsionado pelos sistemas tecnológicos que se encontram desenvolvidos sobretudo a partir dos finais dos anos 70.

Como Moçambique acaba de sair de uma guerra que destruiu tudo e generalizou a pobreza, há uma necessidade de o Estado estar atento a este fenómeno, de formas que as políticas de globalização não sejam violentas para as sociedades rurais vulneráveis.

Neste quadro, Globalização é um conjunto de processos nos quais os Estados nacionais vêm as suas soberanias, suas identidades, suas redes de comunicação, suas possibilidades de poder e suas orientações a sofrerem interferências de actores transnacionais (Beck; 1999: 30).

Assim, um dos aspectos da Globalização é a globalidade<sup>9</sup> e o globalismo<sup>10</sup>.

Ao optarmos por estes dois conceitos, queremos defender que a pobreza resulta de um lado, na insuficiência económica das famílias e por outro é o facto de os homens estarem a viver numa aldeia global onde os processos sociais são subordinados aos processos económicos.

Posto isto a globalização tem gerado e impulsionado o fenómeno da pobreza nos Países menos desenvolvidos e conseqüentemente pesa nas populações mais carenciadas.

Um ponto de vista muito sensível é de os critérios da globalização deixarem um fosso entre ricos e pobres extremamente visível (Kassotche; 1999: 86).

A globalização opera através da liberalização de mercados nacionais, apelando desta forma a uma concorrência entre agentes económicos sujeitos às mesmas regras do jogo, o que vai significar que os mais fracos sempre saem em desvantagem em relação aos que melhor se encontram posicionados no jogo.

---

<sup>9</sup> A Globalidade significa o conjunto de relações sociais que não estão integradas à política do Estado ou que não são determinadas por elas (BECK; 1999: 16).

<sup>10</sup> Globalismo é compreendido como o império de mercado mundial e o seu poder de penetrar e transformar todas as coisas. Isto significa que a economia é compreendida de modo linear como a extensão do mercado mundial e outras dimensões são quando muito tematizadas sob domínio subordinador da globalização económica (BECK; 1999: 205).

Se é verdade que a globalização cria desvantagens aos países mais fracos, também é verdade que estes serão os que terão maior índice de pobreza, porque a globalização cria dependência económica e financeira. Um país dependente tem sempre problemas sociais muito sérios e, conseqüentemente, vêm assentar na sua população mais desfavorecida. A título de exemplo, problemas criados pela dependência económica e financeira é a falta de emprego, moeda instável, crises constantes, levantamentos populares e mais.

A globalização distroi soberanias nacionais, fazendo com que os governos se encontrem fracos nas tendências globais. Isto significa que a falta de controle interno de uma forma eficiente leva a conseqüências drásticas.

Para que a globalização não se reflecta com tanta incidência na pobreza, é preciso que o Estado adopte mecanismos e políticas internas que, conjugados com o fenómeno da globalização, o país não se torne num simples consumidor de políticas internacionais, mas sim que esteja na posição participativa na elaboração de planos de alívio à pobreza.

### **3. Acções no Distrito de Alto Molócuè**

O presente trabalho levar-nos-à a uma breve comparação entre a sede do posto Administrativo sede e a Localidade de Malua, pois o que constatamos é que quanto mais os postos administrativos e as localidades estiverem próximas da sede elas beneficiam de algum desenvolvimento e o contrário não se faz sentir. Mas o que acontece é que a localidade de Malua está mais próxima e com índice de pobreza elevado em relação a outros postos administrativos.

Aqui a população é constituída por famílias numerosas com muitas crianças em relação às famílias com condições mais favorecidas.

As políticas e planos de acção com vista ao alívio da pobreza têm que respeitar as especificidades de qualquer localidade consoante as potencialidades ali existentes. Assim,

os planos de acção do Governo e outras instituições não Governamentais devem corresponder às expectativas da população local.

Os planos e programas de alívio à pobreza são elaborados a nível central, baseados em indicadores estimados e muitas vezes não acompanhados por uma apreciação dos factos no terreno.

Assim, pensamos que o fracasso destes planos é resultado deste modo de procedimentos que se deve em larga medida em não assentar em bases concretas e profundamente analisadas a nível local.

As estimativas da pobreza determinadas pelo MPF em 1995 apresentavam algumas limitações; em primeiro lugar, as estimativas dos níveis e perfil da pobreza basearam-se muitas vezes em extrapolações; em segundo lugar, os objectivos preconizados, tanto na estratégia como no programa do Governo, eram de carácter global e não apresentavam, acções específicas em termos de grupos alvos, e metas, mecanismos de coordenação e colaboração dos diferentes actores sociais no combate à pobreza (MPF; 2000: 14).

A questão da erradicação da pobreza nas zonas rurais será uma questão que redundará num total fracasso, pois os planos de acção não serão capazes de atingir as necessidades básicas da população, porque estes são elaborados sem a auscultação das populações.

O que constatamos neste Distrito é que ele tem muita produção agrícola, onde destacamos culturas alimentares e as de rendimento. (Ver anexo N.º 4)

Antes do ajustamento estrutural de 1997 e do domínio crescente das trocas do mercado livre, a comercialização formal do milho era dominada pela empresa estatal de comercialização agrícola (AGRICOM) a qual, através de uma rede de armazenistas e compradores, trocava bens essenciais tais como capulanas (tecido), pilhas, sal, etc., por excedentes, normalmente vendidos pelos produtores em locais pré estabelecidos. Com o

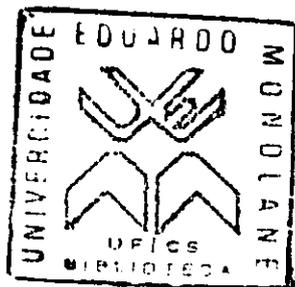
alargamento da economia monetária e do comércio do sector informal, as actividades da AGRICOM diminuíram, tendo sido substituída pelo Instituto de Cereais de Moçambique (ICM), que desempenhou um papel mais importante na exportação do milho nas regiões do Norte (ICM; 1998).

A empresa estatal AGRICOM foi criada após a Independência para garantir o transporte, armazenagem e processamento da maior parte dos principais produtos alimentares entre as zonas rurais de produção e as zonas urbanas de consumo. Ao nível formal, a AGRICOM teve um monopólio destas operações. Antes da estabilização do metical (a moeda nacional), a compra do milho era feita essencialmente através da troca, utilizando-se principalmente capulanas, pilhas e outros bens de consumo populares e duráveis. Durante os anos que antecederam o ajustamento estrutural e o retorno a economia de mercado no fim da década 80, a AGRICOM era responsável pelos preços mínimos ao produtor, estabelecidos em todo o país sem variação, de acordo com influências sazonais ou outras que afectavam a oferta.

O Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) foi posteriormente criado em 1994 para retomar as actividades da AGRICOM, mas com flexibilidade para lidar com a economia do mercado livre. Para além de manter os preços mínimos, facultar instalações de armazenagem, assistência técnica aos armazéns, fornecia insumos agrícolas, colaborava com alguns dos grandes comerciantes, recolhia e disseminava informação estatística.

Tinha funções de comprador de último recurso a preços mínimos e de gestor dos stocks de milho de modo a garantir a segurança alimentar e estabilização dos preços do consumidor. Infelizmente, porque o Governo não conseguia disponibilizar os requisitos orçamentais do ICM com regularidade, as suas funções e eficiência deterioraram-se (Coulter; 1995).

Neste caso, a falta de eficiência desta instituição comercial e a sua fraca organização leva a população a não encontrar mercado para os seus produtos.



*“(...) nós não temos como vender os nossos produtos. Produzimos para comer e nem sequer sabemos a quantidade que colocamos na panela. Só cozinhamos. Comemos até encher a barriga e o que sobra damos às galinhas ou aos patos. Porquê poupar se depois o dinheiro que recebemos com a venda dos nossos produtos agrícolas não chega para resolver os nossos problemas” (Maria Nihama; 14/06/01).*

Isto significa que o poder de compra dos camponeses é baixo e está cada vez mais baixo ainda. Este factor provoca uma desmotivação no aumento de áreas de cultivo, pois produzir muito ou pouco em nada beneficia o produtor. Esta situação faz com que a pobreza aumente consideravelmente.

A população do Distrito de Alto – Molócuè só dispõe de um centro de comercialização de produtos (ICM) Instituto de Cereais de Moçambique. Este instituto também é citado pelos populares de insuficiência na resolução dos problemas, pois ele só tem um posto fixo em Mugema, que dista da sede do Distrito cerca de 40 km. Para além disso a instituição debate-se com a falta de fundos.

Foram relatados casos em que para a compra de produtos agrícolas, a instituição entregava senhas e não dinheiro o que desmotivava a população.

É preciso repensar a questão da pobreza, considerando factos locais, pois as políticas globais não olham por estas particularidades. Se o ICM tivesse uma cobertura eficaz em todo o distrito, teria um papel fundamental como entidade reguladora dos preços e através da sua acção poder-se-ia minimizar a flutuação dos preços dos produtos tabelados.

De certo modo, é preciso que as autoridades invistam nesta instituição (ICM) para permitir que haja uma comercialização efectiva dos produtos agrícolas para que a população consiga adquirir recursos para o alívio da pobreza.

*“(...) Como vou ou irei ao hospital se não tenho como pagar. O feijão e milho que tenho não consegui vender, este tempo de hoje só consegue vender quem tem bicicleta e nós pobres estamos mal”(Jacinto Wahitoco; 14/06/01).*

*“(...) no tempo colonial e nos princípios da independência as pessoas vendiam os seus produtos nas lojas mais próximas e tinham dinheiro para mandar as crianças à escola, hospital e era dinheiro que dava para viver, hoje são só promessas e ficamos pobres e sem saber o que se passa com os nossos governantes” (Rapassola Paulo; 14/06/01).*

A situação das infra-estruturas que servem a comercialização é bastante deficiente, para além de que a maior parte dos estabelecimentos comerciais não estão a funcionar, as condições de armazenamento são precárias, A única forma de escoar os produtos é por via terrestre, o que nem sempre é fácil dado o estado degradado das vias de acesso.

Neste trabalho poderíamos conjugar outros factores com a potencialidade do Distrito, não tratamos outros aspectos não porque não sejam relevantes, mas a satisfação das necessidades básicas da população tendentes a aliviar a sua pobreza, passa por uma solução que tem que ser discutida a nível local e, no fim, remetida às entidades competentes para uma acção concreta, em forma de proposta enviada ao governo central.

O distrito de Alto Molócué sairá da pobreza se a política agrícola estiver virada para o seu desenvolvimento e beneficiar-se de um espaço onde a população possa participar para o seu próprio bem e contribuir com as suas propostas. É preciso um modelo participativo para um fomento agrícola e pecuário, acompanhado de insumos e preços controlados por quem de direito para que a comercialização não se reverta para uma situação de perda de rendimentos.

A evolução da pobreza desta zona acentuou-se com a guerra, e com o fim dela, a população continua a não beneficiar de meios adequados para suprir a suas necessidades básicas e necessárias para o alívio da pobreza.

Assim temos que lembrar que as dificuldades encontradas nesta localidade têm que ver com a falta de comercialização dos produtos de culturas comercializáveis dentro e fora da localidade; ausência de agentes económicos com um interesse local; a falta de uma escola completa de 1ª à 10ª classe para resolver o problema da distância; a falta de centros comerciais; centro de saúde e fontes de água dentre outros.

Para o alívio da pobreza nesta localidade, propomos duas soluções: uma directa e outra indirecta.

Quando falamos de duas vias alternativas de alívio a pobreza, queremos afirmar que existem estratégias locais que podem ser aplicadas a nível da sede do posto administrativo e aquelas que têm que ser aplicadas a nível da localidade de Malua no seu todo.

As necessidades que têm que ser resolvidas a nível da sede são as que têm a ver com os planos económicos e sociais visando aliviar a questão de pobreza global. Por exemplo, o problema da comercialização, redes comerciais e sanitárias para o atendimento público, são fáceis de ser resolvidos. É preciso que haja um plano viável que inclua as duas áreas de Molócuè e Malua por elas estarem próximas uma da outra.

O Governo Distrital precisa de destacar uma ou duas vezes por semana um médico ou um técnico médio para Malua ao invés de a população ter que percorrer longa distância com o doente nas costas ou de bicicleta e com risco de perder a vida.

Neste caso, pretende-se também sugerir às autoridades locais, em coordenação com o Distrito, uma ambulância ao serviço permanente da localidade de forma a atender a população desta localidade.

Na área da educação, a solução pode ter a mesma lógica. Como o lar dos estudantes não tem capacidade para alojar um número elevado de estudantes, é necessário que a rede de transportes seja alargada à localidade de Malua. Mas esta tem que ser acompanhada da reparação de estradas para que a circulação não seja interrompida no período das chuvas. Para a evolução do sector da educação, tem de se adoptar melhores mecanismos de aquisição do material escolar, com atenção especial à distribuição gratuita dos livros, processo que tem contribuído para os constantes atrasos.

Se a venda dos livros para as classes que não beneficiam do livro gratuito não respeitasse os preços do mercado e se pudesse estabelecer um processo de troca do livro pelo produto de rendimento do trabalho agrícola o problema seria menos grave.

*(...) Os nossos filhos fazem (ganho ganho)<sup>11</sup> para obterem um dinheiro para comprar o material escolar, fazendo com que falem à escola" (Aruene Cahí; 13/06/01).*

O Governo Distrital poderia optar por mecanismos de aquisição de material escolar baseados na troca com os produtos agrícolas, a fim de facilitar a obtenção do livro. Sabemos que a sociedade moderna não é regida por estes critérios, mas esta estratégia local de desenvolvimento poderia resultar a curto prazo.

A localidade de Malua, inserida numa política abrangente ao nível da sede do Posto Administrativo, pode sair do fosso em que se encontra. Malua está próxima da sede, por isso esperava-se um desenvolvimento e uma coordenação relativa de esforços.

A habitação e as escolas do nível primário, podem encontrar uma solução na organização comunitária, e no uso de recursos locais para necessidades básicas destas populações.

---

<sup>11</sup> (ganho ganho) é um trabalho que se realiza ocasionalmente realizado no campo e pago logo após o trabalho.

De facto, em várias regiões do Alto-Molócuè verificamos que há escolas construídas com recurso ao material local, tijolos de argila e capim, resultantes da organização dos pais. Este tipo de construção tem uma duração de dois anos e com o tecto renovável de seis em seis meses. Esta experiência pode servir para a localidade de Malua, que ainda está em situação vantajosa porque ela dispõe de uma zona com argila que é boa para a construção precária.

O papel das autoridades é crucial na disseminação destas experiências através de campanhas de educação cívica permanente e generalizada.

Para que haja disponibilidade de água potável, é preciso que a população se una para construir poços tradicionais que, usualmente, são feitos nas outras localidades. Há boas nascentes na localidade e a sua exploração não acarreta custos avultados. Tudo depende de as autoridades apelarem à participação efectiva da comunidade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção e as estratégias de alívio à pobreza têm que ser entendidas no contexto histórico moderno da nossa sociedade. Isto quer dizer que, ao estudarmos a problemática da pobreza, não devemos nos esquecer dum grande momento que o mundo está vivendo. Estamos a falar, concretamente, da globalização cujos processos de expansão resultam dos processos de reajustamento estrutural.

Este tema é relevante para o estudo da problemática da pobreza, pois os processos concebidos no reajustamento estrutural, que no nosso país datam da década de oitenta (80), resultam de estratégias concebidas a nível internacional sem respeitar aspectos sociais, económicos e culturais do nosso país. Posto isto, não há dúvidas que este processo teve uma aplicação sem sucesso porque elas tinham sido centradas na esfera económica deixando de lado a esfera social.

O modelo de desenvolvimento que o país adoptou visando a mecanização da agricultura como prioridade no crescimento da economia, deixou o sector agrícola, de que depende a maioria da população, em segundo plano e conduziu uma grande parte da população da zona rural ao empobrecimento. É fundamental reconhecer que se o sector agrário é marginalizado, e com ele marginalizou-se a população rural que sobrevive essencialmente dos rendimentos da terra. Durante o nosso estudo, constatamos que a pobreza, nesta localidade não é tomada segundo as percepções locais, o que dificulta a conjugação das estratégias para o alívio da pobreza com aquilo que são os anseios da população local.

Como é sabido, o distrito do Alto-Molócuè é rico em potencialidades agrícolas e tem uma precipitação favorável à produção de excedentes.

Moçambique é um país dependente das políticas e planos de desenvolvimento económico e social. A localidade de Malua sofre os efeitos e os reflexos desta dependência o que quer dizer que as políticas avançadas para a questão da pobreza, não são adequadas nem

dirigidas para casos concretos que abalam esta localidade, como o melhoramento das potencialidades agrícolas. As políticas não são orientadas para os casos acima referidos e específicos desta localidade o que muitas vezes leva ao desânimo da população em praticar a produção dos excedentes comercializáveis.

O distrito e as suas localidades são vítimas destes processos concebidos centralmente sem que sejam consultadas e levadas a sério as opiniões dos actores activos da zona, especialmente as populações de Malua.

Assim, entendemos que esta situação pode ser minimizada se a problemática da pobreza for tomada em conta, a par com a implementações das estratégias para o aumento do rendimento das famílias melhorando desta feita o potencial agrícola com o aumento da produtividade da terra e de mão de obra, concretamente na extensão rural .

Refira-se que esta via terá um impacto positivo só e só se os custos forem assegurados e controlados pelo governo e este por sua vez, deve identificar as prioridades nas necessidades da população.

Há necessidade de formulação de políticas de difusão de acções concretas no combate às doenças que são dominantes na localidade, sem contudo esquecer as doenças de transmissão sexual como a HIV/SIDA, pois estas impedem o desenvolvimento sócio-demográfico do distrito. Igualmente deve-se coordenar os esforços de todos os sectores económicos e sociais no combate a todos os factores que contribuem para o alívio à pobreza.

Através da percepção da pobreza localmente chegamos à conclusão que este fenómeno é extremamente complexo e as percepções teóricas e locais divergem significativamente, porque o desenvolvimento como processo não pode ser alcançado na sua totalidade com políticas centralizadas.

Este pensamento deriva do facto de as políticas serem projectadas sem uma análise da realidade local a qual é extremamente diferente daquilo que as populações locais anseiam. Assim sendo, a pobreza, na localidade de Malua não é uma fatalidade que deve ser discutida no contexto nacional, mas sim resultado da falta de reflexões a nível local e falta de cultura de consulta participativa das estruturas centrais.

Chegados a este ponto, pensamos que, mais do que tentar encontrar considerações finais para o nosso estudo, o trabalho abre-nos pistas de reflexões para próximas investigações. Assim, dentre os aspectos que achamos relevantes e por isso mesmo, a ter em conta nas próximas investigações, salientamos:

- Constatamos que para uma investigação que envolva trabalho de campo para a análise da pobreza, alargada a todos os distritos de modo que haja um estudo comparado favorecendo conclusões mais consistentes;
- Para o caso de Malua, há necessidade de se criar uma rede comercial e de crédito para a agricultura, de maneiras a proporcionar o aumento da produção e a sua comercialização.
- Assegurar através do (ICM) Instituto de Cereais de Moçambique o maior controle de preços, de modo a não permitir a especulação de preços por parte dos operadores informais.

A pobreza é um problema que afecta maior parte da população e deve ser vista pelos pensadores e todos aqueles que tratam desta questão não só na esfera teórica. Para o tratamento prático da questão, é necessário que se conjugue esta visão teórica com a realidade concreta, dada a diversidade de factores que concorrem para a sua origem e prevalência nas diversas sociedades.

Assim, o uso de indicadores universais sobre a pobreza leva nos a procedimentos universais que, aplicados à realidades mais restritas podem não surtir os efeitos esperados por serem medidas extremamente gerais deixando os aspectos que de uma forma despercebida parecem irrelevantes, enquanto se apresentam como chave para o início de um longo processo de erradicação da pobreza.

Deste modo, propomos uma análise participativa mais cuidada, para que os aspectos que se apresentam como irrelevantes mereçam um tratamento completo de modo a se apurar a sua relevância num processo de identificação de mecanismos concretos e meios para o alívio deste problema de dimensão mundial.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAHAMSSON, Hans e NILSON, Anders. Pobreza, conflito e desenvolvimento. Algumas reflexões sobre Angola e Moçambique. Edições Padrigu Papers, Sweden, Outubro de 2001.

ACNUR/PNUD. Perfil de desenvolvimento Distrital de Alto Molócuè. Maputo, Dezembro, 1997.

ADAM, Yussuf e COIMBRA, Humberto. Estudo participativo sobre a pobreza em Moçambique. Distritos ricos e pobres: uma identificação das áreas de estudo. Edição Centro de Estudos da população/UEM, 1995.

ADAM, Yussuf e COIMBRA, Humberto. A pobreza em Moçambique um Estudo Participativo. Relatório da primeira fase. Maputo, 1996.

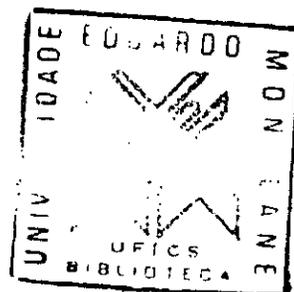
BECK, Ulrich. O que é a Globalização. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1999.

BOWEN, M. Beyond Reform Adjustment and Political Powers in Contemporary Mozambique; in the Dynamics of Change in Southern Africa, 1997.

BRUCE, J. Coen. Sociologia. McGraw/Hill, Brazil, 1979.

CASTEL – BRANCO, Carlos Nuno, Moçambique Perspectivas Económicas. Ed. Frederick Herbert, 1994.

CAVERO, W. Inquérito Nacional Agrários Familiares sobre as Condições de Vida: Relatório de Missão. Instituto Nacional de Estatística, Maputo, 1998.



COPSON, R. *African Wars and Perspectives for Peace*. ME. Sharp, Inc. New York, 1994.

COULTER, J. *Liberalização de Marketing de Cereais na África Sub- Sahariana: Lições Resultantes da Experiência; Marketing series*. Instituto de Recursos Naturais. Chatham. Reino Unido, 1995.

FERREIRA, J.M. Carvalho (org.). *Sociologia*. Ed. McGraw-Hill, Portugal, 1995.

FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E.E., *Systèmes Politiques Africains*, Paris, (PUF) Unive, 1964.

GIDDENS, Anthony. *O Mundo na era da Globalização*. Ed. Presença, 1ª edição, Lisboa, 1999.

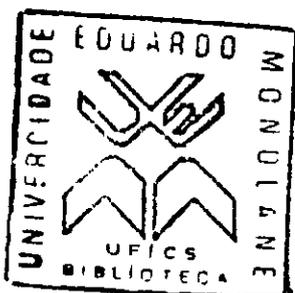
GREEN, Reginald Herbold. *A Luta contra a Pobreza Absoluta em Moçambique*. Editora Direcção Nacional de Planificação; Projecto SDA. Maputo, 1991.

GREEN, Reginald Herbold. *A Dimensão Social do Ajustamento: A pobreza em Moçambique estudo sobre o impacto social do Programa de Reabilitação Económica sobre os Grupos Populacionais mais vulneráveis*. Maputo, 1989.

HUGON, Paul. *Historia das doutrinas económicas*. Editorial Atlas, S. Paulo, 1988.

IANNI, Singer. *A concepção da economia clássica*. Cortez Editor, S. Paulo, 1971.

ICM (Instituto de Cereais de Moçambique). *Estudo da Comercialização e Política de Preço do Milho em Moçambique*. Maputo, 1998.



INE (Instituto Nacional de Estatística). II recenseamento Geral da População e Habitação: Indicadores Sócio Demográficos. Zambézia, Maputo 1997 e 1999.

KASSOTCHE, Florentino. Globalização Receio dos Países em Vias de Desenvolvimento, Reflexões Sobre Moçambique. Ed. Instituto Superior de Relações Internacional. Maputo, 1999.

MATOS, Alexandre Valente de. Dicionário Português – Macua (Da sociedade Missionária portuguesa). Lisboa, 1974.

MAZULA, Brazão. Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Moçambique, 1995.

Ministério de Plano e Finanças, UEM e Instituto Internacional de Pesquisa em políticas alimentares. Pobreza e bem estar em Moçambique. Primeira avaliação Nacional (1996 e 1997). Maputo, 1998.

Ministério do Plano e Finanças. (DPDS) Departamento de População e Desenvolvimento Social. Glossário de termos sobre a pobreza e segurança alimentar., 1999.

Ministério do Plano e Finanças. Plano de Acção de Redução a Pobreza Absoluta (PARPA), Maputo, 2000-2004.

Ministério da Saúde (MISAU). Perfil Distrital de Segurança Alimentar e Nutrição – Alto Molócuè – Zambézia, Dezembro de 2000.

MITCHELL, G. Duncan. Novo Dicionário de Sociologia – Pr, Marquês de Pombal, 78 Porto, Portugal, 1978.

PNUD - Relatório do Desenvolvimento Humano. Editora, Trinova - Lisboa, 1997.

PNUD, SARDC, Paz e crescimento económico: oportunidades para o desenvolvimento humano, Relatório nacional do Desenvolvimento Humano, Maputo 1999.

ROCHER. Guy. Sociologia Geral – organização social. Editorial Presença Lda. Lisboa, 1994

SARDANE, J.P. Oliveira de. Para uma abordagem antropológica das ideologias e práticas de desenvolvimento In Revista Internacional dos estudos africanos números 12 e 13 Edição ISSN, Lisboa, 1990.

SOUZA, Maria Luisa da. Desenvolvimento da comunidade e participação. Cortec Editor, São Paulo, 1999.

UNDP, *Poverty Report 2000*, UNDP New York, 2000.

*UNDP, Overcoming human poverty*, UNDP New York, 1998.

VAN VELSEN, J. A Análise Situacional e o Método de Estudo de Caso Detalhado "FELDMAN – BIANCO, Bela (org.), Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Global Universitária, São Paulo, 1987.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Metamorfose do desenvolvimento de comunidade e suas relações com o serviço social. Cortec Editor, São Paulo, 1993.

#### **OUTROS DOCUMENTOS**

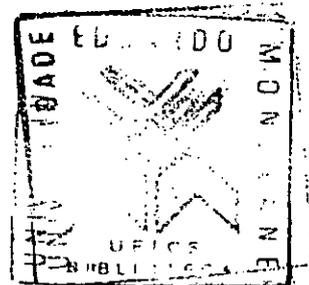
Bill Clinton – In Jornal Notícias. Edição N.º 25102, Maputo, 2001

Carol Belamine – In Jornal Savana. Edição N.º 367, Maputo, 2001

Nações Unidas – In Jornal Notícias. Edição N.º 25035, Maputo, 2001

# ANEXOS

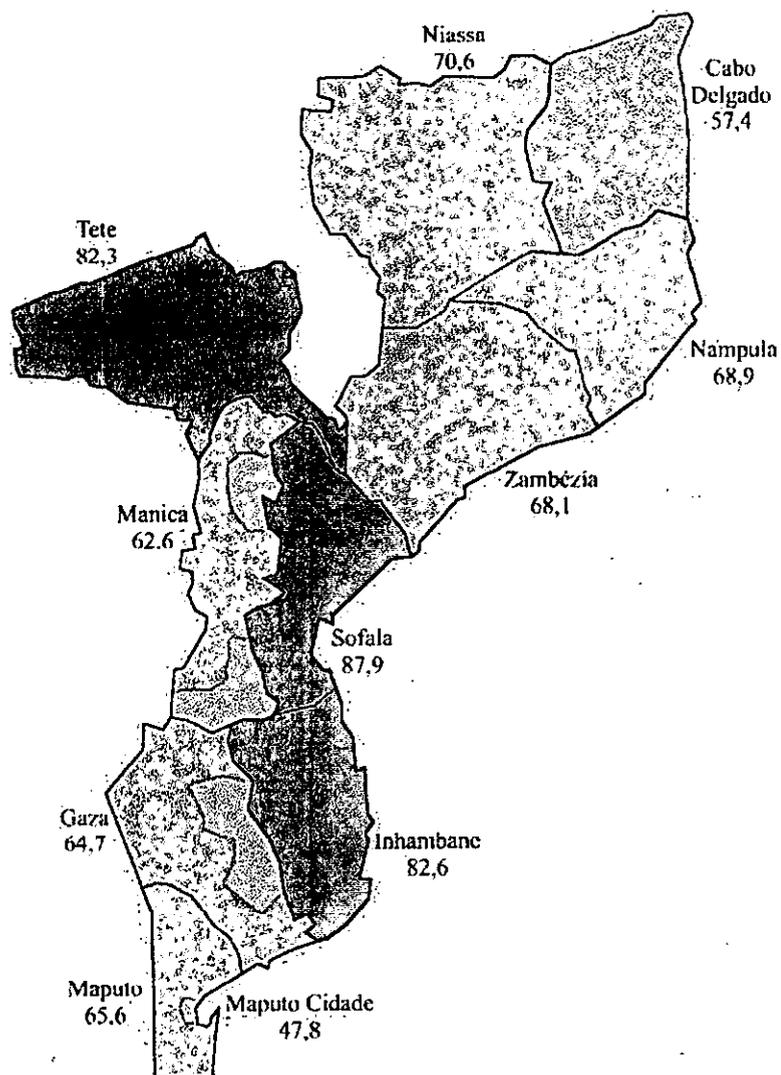
# 1. Mapas



**ANEXO Nº 1**  
**Incidência de pobreza por província**

Anexo 2

Mapa 1. Incidência de pobreza por província

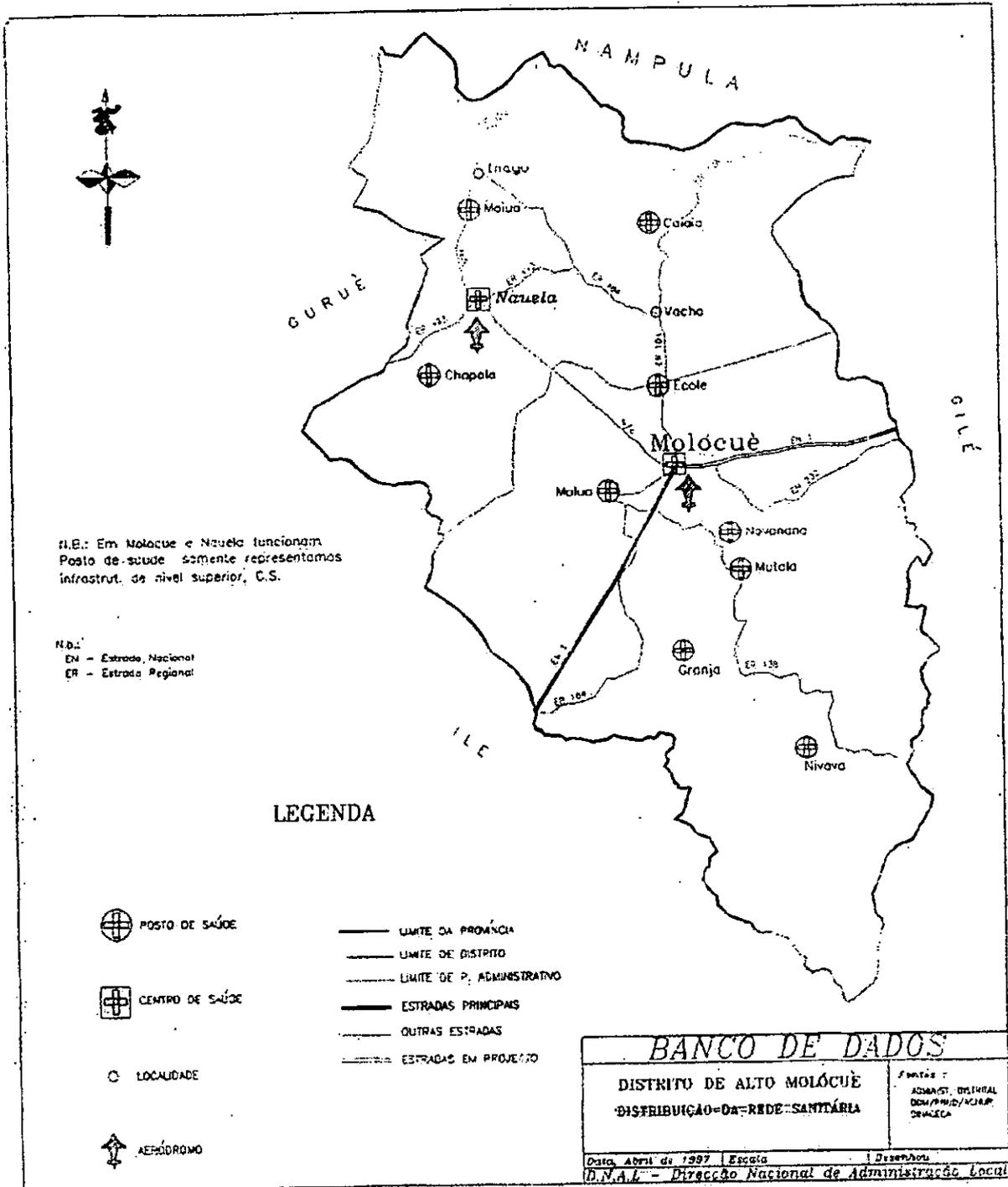


Fonte: Ministério de Plano e Finanças(PARPA,2000-2004)



# ANEXO Nº 3

## Localização geográfica do Distrito de Alto Molócué



## **2. Tabelas**

## ANEXO N.º 4

### PRODUTOS CULTIVADOS NO DISTRITO DE ALTO MOLÓCUE

1	Milho
2	Mandioca
3	Mapira
4	Feijão
5	Arroz
6	Amendoim
7	Hortícolas
8	Girassol
9	Tabaco
10	Algodão

FONTE: Trabalho de Campo

## ANEXO N.º 5

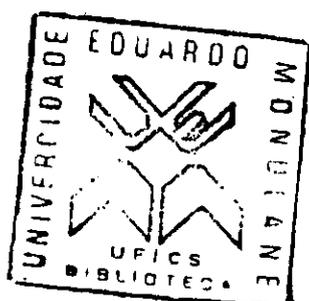
### Resumo de disponibilidade de produtos até 1997

Descrição	Sede	Localidade
Alimentos de base	++	++
Outros Alimentos	++	++
Animais	++	+
Bens de consumo	++	+
Bens móveis e utensílios	+	+
Combustível	++	+

Legenda: ++ = Sempre disponível em quantidades suficientes

+ = Sempre disponível em pequenas quantidades

Fonte: MISAU: 1997. Perfil Distrital de segurança alimentar



## ANEXO N.º 6

### Indicadores de pobreza – distrito do Alto Molócuè

Itens/infra-estruturas	N.º. de infra-estruturas
Represas	0
Tanques carracidas	0
Gabinetes	1
Residências	2
Armazéns	2
Bancos	1
Rede escolar EP1/EP2	2
Rede Sanitária	3
Índice de Base Material (IBM)	11
ONG's	2
Índice de apoio externo ao desenvolvimento (IAED)	2
N.º. de desmobilizados até acordo de paz	2
Soldados desmobilizados (densidade do projecto)	2
Soldados transportados até 1994	3
Refugiados a regressar	1
Refugiados regressados	2
N.º de deslocados transportados	2
Índice de Conflitos (IC)	12
Densidade Populacional	1
Fertilidade de solos	2
Produção de milho	2
Produção de mandioca	3
Cobertura de rede comercial	1
Índice de Potencialidade económica (IPE)	9
Quantidade de estradas	2
Minas	2
Índice de Acesso	4
<b>TOTAIS</b>	<b>38</b>

Fonte: Yussuf Adam e Humberto Coimbra; Maputo, Julho 1995

**LEGENDA:**

De 0-1 = Baixo, 2 = médio, 3 ou mais = alto

IDD = IBM + IAED + IC + IPE + IA = 38

## ANEXO N.º 7

### ESTATÍSTICAS DE EDUCAÇÃO

	N.º de Escolas	Alunos			Profesores	Razão Prof./aluno
		Mas.	Fem.	Total		
Escolas EP1	116	18.910	14.759	33.669	464	1:73
Escolas EP2	2	920	299	1.219	18	1:68
Escolas ES	1	352	91	443	18	1:25
Totais	119	20.182	15.149	37.331	500	1:71

Fonte: ACNUR/PNUD: 1997

## ANEXO N.º 8

Organizações de Cooperação que operavam no Distrito de Alto Molócuè até 1997.

Nome	Estatuto	Sector
ACNUR	Multilateral	Ajuda humanitária
ADEMINMO	Nacional	Sócio-económico
ADEMO	Nacional	Sócio-económico
AMODEG	Nacional	Desmobilizados, formação
AMODER	Nacional	Agricultura, desenvolvimento
CVM	Nacional	Saúde, desenvolvimento
IBIS	Internacional	Educação, obras públicas
OMM	Nacional	Mulher
OXFAM	Internacional	-
PMA	Multilateral	Ajuda humanitária
UNICEF	Multilateral	Educação, saúde

Fonte: ACNUR/PNUD: 1997

### **3. GUIÃO DAS ENTREVISTAS**

## ANEXO N.º 9

### PERCEPÇÃO DA POBREZA

1. O que é ser pobre para si?
2. Quais as oportunidades que existem dentro da comunidade para atingir o nível de rico?
3. Face a situação actual, o quê que sugere para uma melhoria?
4. Caracterize os ricos na sua comunidade.
5. Qual é o nível de participação da comunidade na elaboração, monitorização das iniciativas de alívio a pobreza.
6. Já ouviu falar das ONG'S? Que actividades desenvolve em prol do alívio da pobreza?
7. Está informado sobre os Programas do alívio a pobreza?

### RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

1. Os pobres tem acesso a terra ?
2. Tem havido conflitos aqui na comunidade?
3. Que tipo de conflitos?
4. O que fazem quando há conflitos? A quem recorrem para a resolução dos mesmos?
5. Porquê?
6. Já alguma vez teve um problema? Ou se envolveu em alguns conflitos?
7. A quem recorreu em primeiro lugar para resolver o problema.

### EDUCAÇÃO

1. Existe escola nesta comunidade? Quantas e de que nível?
2. Quantas salas tem a escola?
3. Quando foi construída?
4. A que distância fica a escola?
5. Quais as dificuldades existentes nas escolas desta área?
6. Todas as crianças vão a escola?
7. Até que idade as crianças acabam o nível de ensino que existe?
8. Para onde vão continuar os estudos?

### SAÚDE

1. Existe um posto de saúde nesta comunidade?
2. A que distância fica? E quando vai a pé quanto tempo leva?
3. Como é o atendimento neste hospital?
4. Quais as maiores dificuldades para o funcionamento do hospital/Centro/Posto de Saúde?

5. Quando se está doente a quem mais recorrem com frequência, aos médicos tradicionais ou aos centros de saúde?
6. Como é que levam um doente grave ao hospital/centro/Posto de Saúde?
7. Já ouviu falar do HIV/SIDA ? Já ouviu falar de pessoas que morreram desta doença?
8. Aqui existe a AMETRAMO?
9. Há curandeiros que são membros da AMETRAMO?

### **ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ALIMENTAÇÃO**

1. Aonde se busca a água?
2. A que distância fica?
3. Como é a qualidade da água?
4. A água é suficiente durante todo o ano?
5. Quando falta onde vão buscar? Quantos km têm que caminhar?
6. Quem abriu os poços/furos que existem nesta zona?
7. Quem decidia sobre a sua localização?
8. Ouve alguma contribuição das fontes da aldeia na abertura do poço/furo?
9. Existe algum mercado que vende alimentação?
10. Quais são os preços?
11. Que soluções podem-se tomar para resolver a nível local?
12. Os produtos locais aonde são vendidos? Quem os compra?
13. Que produtos alimentares produzem ?
14. Que tipo de animais criam ? Costumam vender ?

### **REDE COMERCIAL**

1. Existe mercado aqui? Está em condições (água)?
2. Quais os intervenientes mais importantes na comercialização? Quais são as maiores dificuldades com a comercialização?
3. Acha os preços praticados justos?
4. De que forma se faz sentir a acção do ICM?

### **GESTÃO COMUNITÁRIA (RECURSOS NATURAIS, TERRA)**

1. Existem no distrito programas/projectos de gestão comunitária da terra e recursos naturais?
2. Em que zona?
3. Como os camponeses estão organizados no Distrito?

### **PAPEL DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS**

1. Acha importante o papel que as autoridades tradicionais desempenham junto às comunidades?
2. Porquê?



## MECANISMOS DE CONSULTA E PARTICIPAÇÃO

1. Quais os mecanismos de consulta/auscultação às autoridades tradicionais/comunidades rurais?
2. Quando a comunidade tem um problema a quem consulta primeiro?
3. Quais as formas de colaboração entre os órgãos locais do Estado e as autoridades tradicionais?
4. Quando não conseguem resolver na comunidade o que fazem?
5. Os chefes tradicionais têm encontros regulares com a população?
6. Em que ocasião é que se realizam estes encontros?
7. Sobre que questões é que as comunidades/autoridades tradicionais são consultadas?
8. Em que medida as prioridades das comunidades estão reflectidas no PDD – Plano de desenvolvimento Distrital?

#### **4. LISTA DOS ENTREVISTADOS**

## ANEXO N.º 10

### **I – Governo e outras Organizações**

1. António José – Administrador substituto do Distrito.

Data da entrevista: 11/06/01

Local: Sede do Distrito de Alto Molócuè.

2. Ernesto Paulino – Director Distrital de Agricultura.

Data da entrevista: 11/06/01

Local: Sede do Distrito de Alto Molócuè.

3. Nelito Lucas Luís – Director Distrital de Saúde

Data da entrevista: 11/06/01

Local: Sede do Distrito de Alto Molócuè.

4. Ernesto Ginama – Director substituto Distrital de educação

Data da entrevista: 11/06/01

Local: Sede do Distrito de Alto Molócuè.

5. Kira – Representante da IBIS

Data da entrevista: 12/06/01

Local: Sede do Distrito de Alto Molócuè.

6. Rafael Bernardo – Coordenador da AMODER

Data da entrevista: 12/06/01

Local: Sede do Distrito de Alto Molócuè.

### **II – Membros da Comunidade**

1. José Malua – Régulo

Data da entrevista: 13/06/01

Local: Malua

2. João Novanana – Samassoa

Data da entrevista: 13/06/01

Local: Malua

3. Aruene Cahi – Camponês

Data da entrevista: 13/06/01

Local: Malua

4. Maria Phama – Camponesa

Data da entrevista: 13/06/01

Local: Malua

5. Jacinto Wahitoco – camponês

Data da entrevista: 14/06/01

Local: Malua

6. Rapassola Paulo – Carpinteiro

Data da entrevista: 14/06/01

Local: Malua

7. Maria Nthama – Camponesa

Data da entrevista: 15/06/01

Local: Malua

8. Sofia Mpalale – Professora

Data da entrevista: 16/06/01

Local: Malua

9. Jorge Mpahua – Camponês

Data da entrevista: 16/06/01

Local: Malua

10. Alberto Muteco – Camponês

Data da entrevista: 16/06/01

Local: Malua



**5. FOTOGRAFIAS**

**ANEXO Nº 11**  
**Tipo de habitação**



**Fonte: Trabalho de Campo**

**ANEXO N.º 12**  
**Tipo de habitação**



Fonte: Elia Ciscato, Padre do Seminário de Milevane

## ANEXO N.º 13

### Transformação do milho em farinha



Fonte: Elia Ciscato, Padre do Seminário de Milevane